

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS - VOLUME 13

Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos

Superpotências, revoluções e soberanias incompletas

Ásia, África, Europa, Américas e Oriente Médio - independência, desenvolvimento e poder

Ásia, África, Europa, Américas e Oriente Médio (c. 1945-1991) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas, fontes digitais e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Entre 1945 e 1991, dezenas de colônias se tornaram Estados independentes, a Organização das Nações Unidas passou de 51 membros fundadores para uma assembleia de alcance quase mundial e dois sistemas político-militares organizaram grande parte da competição internacional. Esse processo não formou uma sequência simples na qual império terminou e soberania começou. Independências jurídicas coexistiram com bases estrangeiras, dependência financeira, empresas transnacionais, territórios não autônomos, fronteiras herdadas, minorias sem proteção e capacidades estatais muito desiguais.

Estados Unidos e União Soviética foram superpotências, mas não controlaram todos os resultados. Governos e movimentos da Ásia, África, Oriente Médio, Caribe e América Latina buscaram armas, crédito, tecnologia e apoio diplomático em várias direções. China, Índia, Iugoslávia, Egito, Indonésia, Gana, Cuba, Argélia e outros atores tentaram construir projetos próprios. O não alinhamento não foi neutralidade passiva: reuniu estratégias diferentes para ampliar autonomia, evitar subordinação automática e reformar instituições internacionais.

A Guerra Fria será estudada como estrutura de competição e como linguagem usada para classificar conflitos. Guerras civis, revoluções sociais, disputas territoriais e campanhas anticoloniais possuíam causas locais que não podem ser reduzidas a ordens de Washington ou Moscou. Ao mesmo tempo, financiamento, treinamento, alianças, sanções, propaganda e intervenção alteravam oportunidades e custos. Explicar essa combinação exige trabalhar em várias escalas. O volume trata autoritarismo, racismo institucional, repressão, deslocamentos e guerras de maneira histórica, sóbria e não gráfica. A responsabilidade será atribuída a instituições, cadeias de comando e decisões documentáveis, evitando culpa coletiva e exploração do sofrimento. Testemunhos serão apresentados como fontes situadas, cuja dignidade e contexto precisam ser preservados.

Autoria, pesquisa e uso editorial

Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Pesquisa histórica baseada na bibliografia indicada. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial. Esta é uma síntese original e autoral preparada para a coleção Impérios. Pode ser adaptada para blog, material didático, roteiro, vídeo ou podcast, desde que sejam preservadas a autoria, as referências utilizadas e os créditos ou licenças de imagens acrescentadas. O texto não reproduz capítulos, traduções integrais nem trechos extensos de obras protegidas.

Pergunta central

Como descolonizações, rivalidade entre superpotências, revoluções e projetos de desenvolvimento transformaram a distribuição do poder entre 1945 e 1991, e por que a multiplicação de Estados soberanos não produziu autonomia igual?

Como usar este volume

Os capítulos combinam cronologia e comparação. Cada um identifica atores, instituições, recursos, contestação e escalas; inclui uma tabela, um quadro de mito versus evidência e leituras-base. Os apêndices oferecem cronologia conectada, instantâneos de coexistência, matrizes comparativas, glossário, laboratório de fontes e roteiro para publicação em blog.

O recorte 1945-1991 é analítico. Muitas descolonizações começaram antes de 1945 e outras permaneceram incompletas depois de 1991. A dissolução da União Soviética encerrou uma ordem bipolar europeia, mas não eliminou alianças, arsenais, bases, desigualdades ou conflitos formados durante o período.

Convenções

1. Guerra Fria designa uma competição internacional duradoura, não ausência de guerra. Conflitos armados ocorreram sobretudo fora dos territórios centrais das superpotências.
2. Terceiro Mundo é empregado como categoria histórica de mobilização política, não como sinônimo de atraso permanente.
3. Descolonização distingue transferência jurídica, controle territorial, capacidade administrativa, cidadania e autonomia econômica.
4. Não alinhamento não significa equidistância constante. Estados podiam aproximar-se de uma potência numa questão e resistir-lhe em outra.
5. Império inclui domínio colonial, ocupação, hierarquia de soberania e formas informais de controle; semelhança não elimina diferenças jurídicas.
6. Revolução, golpe, guerra civil e intervenção são categorias que dependem de atores, sequência e evidência, não apenas da designação do vencedor.
7. Estatísticas de guerra, migração, dívida e crescimento variam segundo fonte, fronteira e método. Números serão tratados como estimativas quando necessário.
8. Propaganda, inteligência e documento diplomático registram objetivos e percepções; nenhum deles oferece observação neutra do mundo.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências, conceitos e escalas do pós-guerra.....	6
2. O mundo em 1945: ruínas, impérios e uma nova ordem internacional.....	7
3. Formação da Guerra Fria na Europa e institucionalização dos blocos.....	9
4. Revolução chinesa, Japão, Coreia e a ordem do leste asiático.....	10
5. Sul da Ásia: partição, independência e construção estatal.....	12
6. Sudeste Asiático: independências, guerras e Estados pós-coloniais.....	13
7. Oriente Médio e norte da África: Palestina, petróleo e nacionalismos.....	15
8. África subsaariana: descolonização, federações e crises de soberania.....	16
9. Bandung, não alinhamento e internacionalismos do Terceiro Mundo.....	18
10. América Latina e Caribe: revolução, reforma e poder hemisférico.....	19
11. Desenvolvimento, recursos e soberania econômica.....	21
12. Ordem nuclear, corrida espacial, ciência e cultura política.....	23
13. União Soviética, Europa oriental e rupturas no campo socialista.....	24
14. Sistema liderado pelos Estados Unidos: alianças, bases e intervenções.....	26
15. África austral: apartheid, colonialismo de povoamento e libertação.....	27

16. Crises dos anos 1970 e 1980: petróleo, dívida e reformas de mercado.....	29
17. De 1985 a 1991: reformas, revoluções e dissolução da ordem bipolar.....	30
Apêndice A. Cronologia analítica.....	32
Apêndice B. Quadros de coexistência.....	38
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	41
Apêndice D. Glossário essencial.....	43
Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	46
Bibliografia comentada.....	50
Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios.....	55
Roteiro de estudo em oito semanas.....	60

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências, conceitos e escalas do pós-guerra

1.1 Arquivos em uma era de segredo e comunicação de massa

O período produziu enorme quantidade de atas, tratados, fotografias, rádio, televisão, censos, relatórios econômicos, correspondência diplomática e registros de organizações internacionais. Também foi uma era de classificação de segurança. Arquivos de inteligência permanecem incompletos, foram selecionados antes de abertura e refletem prioridades institucionais. Um documento desclassificado não se torna automaticamente verdadeiro; ele revela o que uma agência registrou, acreditou ou desejou comunicar.

Estados recém-independentes herdaram arquivos coloniais fragmentados. Alguns conjuntos foram transferidos para antigas metrópoles; outros permaneceram sob instituições sucessoras, desapareceram durante guerras ou foram organizados segundo categorias coloniais. Fontes orais, imprensa, arquivos sindicais, associações de mulheres, movimentos rurais e coleções familiares permitem recuperar experiências que a administração não registrou.

Televisão e fotografia alteraram a política, mas imagens conhecidas não representam sozinhas um conflito. Enquadramento, legenda, seleção editorial, censura e circulação precisam ser reconstruídos. Um cinejornal estatal, uma emissora comercial e um filme militante podem mostrar o mesmo evento e produzir argumentos diferentes.

1.2 Escalas: aldeia, Estado, bloco e sistema mundial

Uma reforma agrária era negociada em propriedade, tribunal, sindicato e ministério; podia também afetar crédito externo, exportações e alianças. Uma base militar ocupava território local, conectava-se a comando regional e fazia parte de estratégia global. A escala mundial só explica quando o pesquisador demonstra canais: contrato, rota, instituição, financiamento, treinamento, voto ou tecnologia.

As superpotências possuíam recursos excepcionais, mas dependiam de aliados, portos, inteligência local e legitimidade. Governos menores exploravam rivalidades para obter financiamento ou proteção; às vezes mudavam de parceiro. Movimentos revolucionários adaptavam ideologias a conflitos agrários, étnicos, religiosos ou nacionais próprios. Agência não significa liberdade total, e dependência não significa ausência de escolha.

1.3 Conceitos em disputa

Soberania jurídica é reconhecimento de autoridade formal sobre território. Soberania efetiva depende de arrecadação, administração, segurança, infraestrutura e capacidade de negociação. Neocolonialismo foi usado por líderes e intelectuais para denunciar controle econômico e político após a independência. Império informal descreve influência assimétrica que não exige anexação; o conceito deve ser provado por mecanismos, não usado como rótulo para qualquer desigualdade.

Hegemonia combina recursos materiais, instituições, alianças e capacidade de transformar preferências particulares em regras apresentadas como gerais. Bloco não era unidade perfeita. OTAN, Pacto de Varsóvia, Conselho para Assistência Econômica Mútua e alianças asiáticas possuíam instituições e conflitos internos diferentes.

1.4 Comparar sem apagar temporalidade

Não é correto comparar um Estado recém-independente em guerra com uma potência industrial apenas por produto interno bruto. A comparação deve perguntar por mecanismos equivalentes: quem arrecada, quem controla moeda, como se recrutam agentes, quais direitos acompanham cidadania, como propriedade e trabalho são regulados. Também precisa identificar quando uma semelhança é resultado de contato, empréstimo institucional ou pressão comum.

1.5 Causalidade aberta

Nem 1945 determinou bipolaridade permanente, nem 1989 tornou inevitável a dissolução soviética. Decisões, acidentes, coalizões, crises econômicas e mobilizações alteraram caminhos. Explicação responsável combina restrições estruturais com escolhas e reconhece alternativas consideradas no momento.

Fonte	Potencial	Limite	Pergunta de crítica
Documento diplomático	Decisão, percepção e negociação	Linguagem estratégica e lacunas	Quem deveria ser persuadido?
Arquivo de inteligência	Rede, hipótese e prioridade	Segredo, rumor e seleção	O que foi verificado e por quem?
Estatística	Tendência econômica e demográfica	Categoria mutável e sub-registro	Unidade, fronteira e método são comparáveis?
Testemunho	Experiência, memória e linguagem	Perspectiva situada e tempo decorrido	Como contexto e mediação moldaram o relato?
Imagem e filme	Espaço, gesto e circulação pública	Enquadramento, montagem e legenda	Para qual público foi produzido?

Mito versus evidência: Mito: documentos desclassificados revelam automaticamente a verdade oculta. Evidência: ampliam o corpus, mas ainda exigem autoria, finalidade, cadeia de custódia, comparação e atenção ao que permaneceu fechado.

Leituras-base do capítulo: Odd Arne Westad, *The Global Cold War*; Jürgen Osterhammel e Niels P. Petersson, *Globalization: A Short History*; Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past*; Frederick Cooper, *Colonialism in Question*.

2. O mundo em 1945: ruínas, impérios e uma nova ordem internacional

2.1 Vitória aliada e capacidades desiguais

Em 1945, Estados Unidos reuniam grande capacidade industrial, financeira e marítima; a União Soviética possuía enorme força terrestre e influência sobre áreas ocupadas na Europa, mas enfrentava destruição profunda. Grã-Bretanha e França permaneciam impérios globais, embora endividadas e contestadas. China era potência reconhecida na nova arquitetura internacional, mas continuava em guerra civil. O Japão estava derrotado e ocupado.

A expressão mundo bipolar descreve tendência, não fotografia instantânea. Impérios coloniais ainda administravam grande parte da África e da Ásia; Índia, Indonésia e Vietnã apresentavam projetos de independência; América Latina reunia repúblicas formalmente soberanas sob forte assimetria hemisférica. O poder estava concentrado, mas os futuros permaneciam abertos.

2.2 Nações Unidas, veto e universalismo incompleto

A Carta das Nações Unidas combinou igualdade soberana dos Estados com um Conselho de Segurança no qual cinco membros permanentes receberam poder de veto. Assembleia Geral, Conselho Econômico e Social, Corte Internacional de Justiça, Secretariado e agências especializadas ampliaram fóruns de negociação. A instituição não criou governo mundial; organizou procedimentos, legitimidades e arquivos.

Autodeterminação apareceu na Carta, mas as potências coloniais não aceitaram calendário universal de independência. O sistema de tutela supervisionou alguns territórios; muitos outros permaneceram fora dele. À medida que novos Estados entraram, a Assembleia tornou-se arena de descolonização, antirracismo, desenvolvimento e crítica às hierarquias econômicas.

2.3 Bretton Woods e a assimetria monetária

Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento foram concebidos antes do fim da guerra e iniciaram operações no pós-guerra. O dólar ocupou posição central no sistema monetário. Regras de voto baseadas em cotas diferiam da igualdade formal da Assembleia Geral. Reconstrução europeia, financiamento do desenvolvimento, estabilidade cambial e acesso a crédito tornaram-se questões de poder.

A instituição econômica internacional não atuava sozinha. Governos controlavam comércio e capitais, impérios mantinham áreas monetárias e empresas administravam tecnologia, transporte e recursos. A economia mundial foi reaberta gradualmente e de modo desigual.

2.4 Impérios em reconstrução e contestação

Grã-Bretanha pretendia preservar rotas, libra, petróleo e posições estratégicas. França procurou reconstituir autoridade na Indochina e no norte da África. Países Baixos tentaram recuperar Indonésia. Portugal apresentou suas colônias como províncias ultramarinas. Bélgica manteve controle paternalista no Congo até transição apressada.

Veteranos, trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, sindicatos, partidos e elites administrativas formularam demandas distintas. Algumas buscavam domínio interno ou federação; outras, independência imediata. A forma do movimento dependia de instituições coloniais, guerra, religião, classe, território e redes internacionais.

2.5 Direitos humanos, refugiados e cidadania

A Declaração Universal de 1948 estabeleceu linguagem normativa influente, embora não eliminasse império, segregação ou autoritarismo. Regimes de refugiados e apátridas foram reorganizados. Partições, expulsões, mudanças de fronteira e retorno de populações produziram conflitos de propriedade e cidadania.

Direitos universais eram apropriados por atores que não haviam definido originalmente as instituições. Petitionários coloniais, movimentos antirracistas e organizações de mulheres conectaram reivindicações locais a normas internacionais, ampliando seu significado.

Instituição ou formação	Capacidade em 1945	Limite estrutural	Questão aberta
Estados Unidos	Indústria, finanças, marinha e dólar	Coalizão interna e compromissos externos	Liderança ou império informal?
União Soviética	Exército, território e partido-Estado	Destruição, escassez e coerção	Segurança ou expansão?

Instituição ou formação	Capacidade em 1945	Limite estrutural	Questão aberta
ONU	Fórum, norma e segurança coletiva	Veto e dependência dos membros	Como universalizar sem governo mundial?
Impérios europeus	Administração, rotas e forças coloniais	Dívida e nacionalismos	Reformar, federar ou retirar?
Movimentos anticoloniais	Legitimidade, mobilização e redes	Divisão interna e recursos limitados	Qual Estado sucederia ao império?

Mito versus evidência: Mito: 1945 substituiu imediatamente impérios por duas superpotências. Evidência: bipolaridade cresceu dentro de um mundo ainda colonial, monetariamente assimétrico e politicamente disputado.

Leituras-base do capítulo: Mark Mazower, *No Enchanted Palace*; Paul Kennedy, *The Parliament of Man*; Eric Helleiner, *Forgotten Foundations of Bretton Woods*; Elizabeth Borgwardt, *A New Deal for the World*.

3. Formação da Guerra Fria na Europa e institucionalização dos blocos

3.1 Aliança desfeita e problema alemão

A coalizão contra o Eixo continha projetos incompatíveis sobre segurança, reparações, eleições e economia. A ocupação dividiu Alemanha e Berlim em zonas. A União Soviética buscava fronteiras seguras, reparações e governos amistosos; potências ocidentais temiam expansão política soviética e colapso econômico. A desconfiança foi construída por decisões recíprocas, não por um único discurso.

Polônia, Romênia, Bulgária, Hungria e Tchecoslováquia passaram por transformações políticas sob presença e pressão soviéticas. Partidos comunistas combinaram participação em coalizões, controle de ministérios, reorganização policial e eliminação gradual de concorrentes. As trajetórias variaram, mas até o fim da década formou-se uma zona de regimes de partido dominante alinhados a Moscou.

3.2 Doutrina Truman, Plano Marshall e reconstrução

Em 1947, os Estados Unidos apresentaram auxílio à Grécia e Turquia dentro de linguagem de contenção. O Plano Marshall ofereceu recursos à reconstrução europeia e incentivou coordenação econômica. A ajuda atendia recuperação, mercados, estabilidade social e influência estratégica ao mesmo tempo. A União Soviética rejeitou participação e impediu aliados de aderir.

O bloqueio de acessos terrestres a Berlim ocidental em 1948-1949 e a ponte aérea consolidaram divisões. Em 1949 surgiram República Federal da Alemanha e República Democrática Alemã. A fronteira alemã tornou-se centro simbólico e militar da competição.

3.3 OTAN, Comecon e Pacto de Varsóvia

A Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada em 1949, vinculou defesa norte-americana e Europa ocidental. Não era simples ocupação: governos europeus solicitaram garantias e negociaram rearmamento, comando e presença de bases. Assimetrias eram grandes, mas aliados possuíam capacidade de barganha.

O Conselho para Assistência Econômica Mútua coordenou economias socialistas sob liderança soviética. O Pacto de Varsóvia, criado em 1955 após entrada da Alemanha Ocidental na OTAN, formalizou aliança militar oriental. Integração econômica e militar não eliminou interesses nacionais nem crises internas.

3.4 Estado social e legitimidade

Reconstrução europeia incluiu nacionalizações, seguridade, moradia, saúde, educação e negociação trabalhista em combinações nacionais. Crescimento econômico fortaleceu legitimidade de democracias ocidentais. No leste, industrialização acelerada, reforma agrária e expansão educacional coexistiram com partido único, polícia política e restrições de mobilidade.

A fronteira entre sistemas era também uma disputa sobre consumo, trabalho, direitos sociais e futuro. Propaganda selecionava realizações e ocultava custos. Comparar exige indicadores, arquivos sociais e experiência cotidiana, não apenas cartazes oficiais.

3.5 Europa não esgota a Guerra Fria

A periodização europeia privilegia 1947, 1949 e 1961. Na Ásia, 1949 e 1950 alteraram mais profundamente o equilíbrio. Na África, grandes descolonizações ocorreram depois. O conceito precisa acomodar cronologias regionais conectadas sem transformar todas em cópias de Berlim.

Instrumento	Bloco ocidental	Bloco soviético	Cuidado comparativo
Aliança militar	OTAN e acordos bilaterais	Pacto de Varsóvia	Adesão, comando e autonomia variavam
Integração econômica	Marshall, OCE e mercados	Comecon e comércio administrado	Preço, moeda e planejamento eram distintos
Legitimidade	Eleição, consumo e Estado social	Revolução, industrialização e igualdade social	Propaganda não prova experiência uniforme
Coerção	Segurança, vigilância e exclusões	Partido único e polícia política	Grau e base jurídica exigem evidência

Mito versus evidência: Mito: os blocos eram peças obedientes controladas diretamente pelas superpotências. Evidência: a hierarquia era real, mas aliados negociavam, resistiam, pediam garantias e às vezes alteravam políticas do centro.

Leituras-base do capítulo: Melvyn P. Leffler, *A Preponderance of Power*; Anne Deighton, *The Impossible Peace*; Tony Judt, *Postwar*; Geir Lundestad, *Empire by Invitation?*

4. Revolução chinesa, Japão, Coreia e a ordem do leste asiático

4.1 Guerra civil chinesa e fundação da República Popular

Depois da derrota japonesa, nacionalistas e comunistas retomaram guerra civil em escala nacional. O Partido Comunista Chinês construiu apoio por organização rural, reforma agrária, disciplina e capacidade militar; o governo nacionalista enfrentava inflação, desgaste administrativo e perda de legitimidade. Em 1949, a República Popular foi proclamada no continente, enquanto o governo da República da China se estabeleceu em Taiwan.

A revolução não foi simples operação soviética. Moscou apoiou a nova república, mas relações continham desconfiança e interesses próprios. O novo Estado reorganizou propriedade, administração e participação política, procurando recuperar soberania após décadas de guerra e concessões estrangeiras.

4.2 Ocupação do Japão e império transformado

O Japão foi ocupado sob liderança norte-americana. Nova constituição, reforma agrária, reorganização empresarial, direitos trabalhistas e sufrágio feminino alteraram instituições. A reversão de algumas reformas, o fortalecimento econômico e o tratado de segurança com os Estados Unidos integraram o país à ordem regional ocidental.

O fim do império japonês exigiu repatriação, novas fronteiras e redefinição de cidadania. Coreia e Taiwan seguiram trajetórias distintas; memórias de ocupação permaneceram centrais nas relações regionais. Crescimento japonês posterior dependia de educação, indústria, acesso a mercados, compras militares e decisões empresariais, não de uma única política.

4.3 Divisão e guerra na Coreia

A península foi dividida em zonas de ocupação ao fim da guerra. Em 1948, dois Estados rivais reivindicavam legitimidade sobre toda a Coreia. O conflito iniciado em 1950 tornou-se guerra internacional com forças norte-coreanas, sul-coreanas, comando das Nações Unidas liderado pelos Estados Unidos e intervenção chinesa; a União Soviética ofereceu apoio sem participação equivalente em campo.

O armistício de 1953 encerrou operações em larga escala, não a disputa jurídica. A zona desmilitarizada consolidou divisão. Ambos os governos construíram Estados militarizados e narrativas nacionais concorrentes; Coreia do Sul passou por autoritarismo e posterior desenvolvimento industrial, enquanto Coreia do Norte formou regime altamente centralizado.

4.4 Taiwan e soberania contestada

O governo nacionalista manteve assento chinês na ONU até 1971, apoiado pelos Estados Unidos. Taiwan combinou lei marcial, reforma agrária, ajuda externa e industrialização. A mudança do assento para a República Popular e a aproximação sino-americana alteraram reconhecimento internacional sem resolver a disputa.

Soberania aqui inclui representação diplomática, defesa, comércio e identidade política. Mapas que mostram apenas fronteira estatal não captam essa superposição.

4.5 Ruptura sino-soviética e multiplicação do campo socialista

Na década de 1950, China e União Soviética cooperaram em indústria e segurança. Divergências sobre estratégia, liderança, fronteiras e política externa produziram ruptura aberta nos anos 1960. A competição influenciou partidos e movimentos em vários continentes e demonstrou que socialismo internacional não formava bloco único.

Formação	Projeto estatal	Apoio ou vínculo externo	Contradição
República Popular da China	Revolução social e unidade territorial	Aliança soviética inicial e depois autonomia	Campanhas internas e disputa de liderança
Japão	Democracia ocupada e crescimento industrial	Segurança e mercados dos Estados Unidos	Pacifismo constitucional e bases
Coreia do Sul	Anticomunismo, Estado forte e industrialização	Aliança militar norte-americana	Autoritarismo e mobilização democrática
Coreia do Norte	Partido-Estado e autossuficiência proclamada	Apoio chinês e soviético	Dependência material e centralização

Formação	Projeto estatal	Apoio ou vínculo externo	Contradição
Taiwan	República da China, reforma e exportação	Proteção norte-americana	Lei marcial e reconhecimento disputado

Mito versus evidência: Mito: a Ásia oriental apenas recebeu a Guerra Fria criada na Europa. Evidência: revolução chinesa, guerra da Coreia, ocupação japonesa e disputa de Taiwan transformaram a própria estrutura global da competição.

Leituras-base do capítulo: Odd Arne Westad, *Restless Empire*; Chen Jian, *Mao's China and the Cold War*; John W. Dower, *Embracing Defeat*; Bruce Cumings, *The Korean War*.

5. Sul da Ásia: partição, independência e construção estatal

5.1 Independência e partição

A retirada britânica de 1947 produziu dois domínios, Índia e Paquistão, separados por territórios orientais e ocidentais no caso paquistanês. A definição acelerada de fronteiras em Punjab e Bengala acompanhou migrações, violência comunitária e perda de propriedades. Explicação não deve tratar comunidades religiosas como blocos eternos: instituições coloniais, representação, liderança partidária, guerra e negociações moldaram a ruptura.

Estados precisaram registrar cidadãos, reassentar populações, integrar serviços e reorganizar forças. A partição foi simultaneamente acontecimento diplomático, experiência local e processo administrativo prolongado.

5.2 União Indiana, federalismo e planejamento

A Constituição indiana de 1950 estabeleceu república, sufrágio universal e federação. A integração de principados, a reorganização de estados por língua e a diversidade religiosa tornaram federalismo questão central. O Congresso Nacional Indiano manteve predominância eleitoral por décadas, mas oposição, tribunais, governos estaduais e movimentos sociais limitaram homogeneidade.

Planos quinquenais, setor público, proteção industrial e instituições científicas buscaram desenvolvimento autônomo. Reforma agrária variou entre estados. Democracia política coexistiu com desigualdade de casta, gênero, terra e região.

5.3 Paquistão, duas alas e crise federativa

O Paquistão reunia regiões separadas por grande distância, com maioria populacional no leste e concentração de instituições civis e militares no oeste. Disputas sobre língua, representação, receita e segurança enfraqueceram equilíbrio federativo. Intervenções militares marcaram a política.

Em 1971, guerra e intervenção indiana acompanharam independência de Bangladesh. O caso mostra que religião comum não substitui negociação de idioma, economia, voto e distribuição institucional. Deve ser estudado com fontes bengalis, paquistanesas, indianas e internacionais.

5.4 Caxemira e fronteiras disputadas

A adesão do principado de Jammu e Caxemira à Índia durante conflito de 1947-1948 produziu disputa persistente. Linha de controle, plebiscito debatido, guerras e mobilizações locais criaram camadas de soberania. Reduzir a questão a rivalidade entre dois governos apaga populações e projetos internos.

Índia e China também entraram em guerra de fronteira em 1962. A herança cartográfica imperial, infraestrutura e estratégias regionais influenciaram os conflitos.

5.5 Não alinhamento e poder regional

A Índia participou de Bandung e do Movimento dos Não Alinhados, defendeu descolonização e buscou autonomia estratégica. Ainda assim, aproximou-se da União Soviética em questões de segurança e manteve relações econômicas com o Ocidente. Paquistão aderiu a alianças apoiadas pelos Estados Unidos e mais tarde aprofundou relação com a China. Nenhum alinhamento eliminou interesses nacionais.

Problema	Índia	Paquistão e Bangladesh	Questão comparativa
Federação	Estados linguísticos e centro forte	Duas alas e representação contestada	Como território vira pacto político?
Economia	Planejamento misto e indústria protegida	Agricultura, ajuda e assimetria regional	Quem controla receita e investimento?
Segurança	Não alinhamento e poder regional	Alianças ocidentais e relação com China	Aliança limita ou amplia autonomia?
Cidadania	Sufrágio e pluralismo constitucional	Identidade islâmica em projetos diversos	Como minorias são incorporadas?

Mito versus evidência: Mito: independência e partição criaram automaticamente dois Estados nacionais coerentes. Evidência: cidadania, fronteira, federação e capacidade administrativa foram construídas em décadas de negociação e conflito.

Leituras-base do capítulo: Sunil Khilnani, *The Idea of India*; Ayesha Jalal, *The State of Martial Rule*; Yasmin Khan, *The Great Partition*; Srinath Raghavan, 1971.

6. Sudeste Asiático: independências, guerras e Estados pós-coloniais

6.1 Indonésia e a derrota do retorno colonial

Sukarno e Mohammad Hatta proclamaram independência da Indonésia em agosto de 1945. A tentativa neerlandesa de restaurar domínio encontrou república, organizações juvenis, forças locais e negociação internacional. O conflito terminou com transferência de soberania em 1949, embora a questão da Nova Guiné Ocidental permanecesse.

O novo Estado integrou arquipélago diverso, exército, partidos, movimentos islâmicos e economia dependente de exportações. Democracia parlamentar deu lugar à Democracia Guiada. Sukarno combinou nacionalismo, mobilização popular e equilíbrio entre forças concorrentes. A mudança de poder em 1965-1966 foi acompanhada de repressão de grande escala e estabeleceu a Nova Ordem de Suharto, anticomunista e aberta a investimento estrangeiro.

6.2 Indochina francesa e Vietnã dividido

Ho Chi Minh proclamou independência vietnamita em 1945. França tentou restabelecer autoridade e enfrentou guerra até derrota em Dien Bien Phu e acordos de Genebra de 1954. O Vietnã foi dividido provisoriamente, mas eleições nacionais previstas não ocorreram. Norte e Sul construíram governos rivais em contexto de reforma agrária, migração, insurgência e intervenção.

Os Estados Unidos ampliaram presença no Sul durante os anos 1960; União Soviética e China apoiaram o Norte, com objetivos nem sempre idênticos. A guerra também envolveu Laos e Camboja. A reunificação de 1975 encerrou a divisão estatal, não os efeitos sociais, ambientais e regionais.

6.3 Malásia, Singapura e contrainsurgência

Na Malásia, insurreição comunista, estado de emergência, reassentamento, reforma política e negociação de independência formaram processo específico. A Federação da Malásia tornou-se independente em 1957. A federação ampliada de 1963 incluiu Singapura, Sabah e Sarawak; Singapura saiu em 1965.

Classificações étnicas coloniais, cidadania e distribuição econômica foram incorporadas a pactos políticos. Crescimento posterior combinou Estado, capital internacional, indústria e controle político.

6.4 Filipinas, Tailândia e alianças

Filipinas alcançaram independência formal dos Estados Unidos em 1946, mantendo tratados, bases e vínculos econômicos. Disputa agrária e insurgência Huk revelaram limites da restauração oligárquica. Sob Ferdinand Marcos, lei marcial concentrou poder enquanto a aliança norte-americana continuava.

Tailândia evitara colonização formal, mas integrou alianças anticomunistas, recebeu bases e alternou governos civis e militares. Sua posição mostra que Guerra Fria regional não se limitou a ex-colônias.

6.5 Camboja e complexidade regional

Camboja conquistou independência, buscou neutralidade e foi arrastado para a guerra regional. Golpe, intervenção, guerra civil e o regime do Khmer Vermelho produziram catástrofe humana. Em 1978, o Vietnã interveio e instalou novo governo; China respondeu com guerra fronteiriça em 1979. A disputa continuou internacionalizada na década de 1980.

O caso impede uma narrativa binária: Estados comunistas combateram entre si, potências apoiaram coalizões contraditórias e reconhecimento diplomático não acompanhou controle territorial de modo simples.

Caso	Forma de descolonização	Estrutura internacional	Desafio pós-colonial
Indonésia	Proclamação, guerra e negociação	ONU, Países Baixos e disputa regional	Arquipélago, exército e pluralismo
Vietnã	Guerra contra França e divisão	EUA, China, URSS e acordos	Reunificação e reconstrução
Malásia	Emergência, federação e acordo	Império britânico e Commonwealth	Cidadania e distribuição
Filipinas	Transferência formal e tratados	Bases e aliança norte-americana	Terra, oligarquia e autoritarismo
Camboja	Independência, neutralidade e guerra	Intervenções cruzadas	Estado, memória e soberania

Mito versus evidência: Mito: todas as guerras do Sudeste Asiático foram capítulos de um único plano comunista. Evidência: descolonização, terra, fronteiras, rivalidades nacionais e disputas sino-soviéticas produziram coalizões mutáveis.

Leituras-base do capítulo: Christopher Goscha, *The Penguin History of Modern Vietnam*; Fredrik Logevall, *Embers of War*; Robert J. McMahon, *Colonialism and Cold War*; John Roosa, *Pretext for Mass Murder*.

7. Oriente Médio e norte da África: Palestina, petróleo e nacionalismos

7.1 Fim do mandato britânico e soberanias em conflito

O fim do mandato britânico na Palestina ocorreu em contexto de projetos nacionais concorrentes, migração judaica, resistência palestina, violência intercomunitária e memória recente da perseguição aos judeus na Europa. A Assembleia Geral da ONU recomendou partição em 1947. A criação de Israel em 1948 foi seguida por guerra com Estados árabes e pelo deslocamento de grande parte da população palestina. Armistícios definiram linhas de cessar-fogo, não acordo final.

Israel consolidou instituições, imigração e forças armadas. Palestinos ficaram distribuídos entre Israel, Cisjordânia sob administração jordaniana, Gaza sob administração egípcia, campos de refugiados e diásporas. A ausência de Estado palestino não significou ausência de sociedade, organização e reivindicação nacional.

7.2 Suez, Egito e o limite dos impérios europeus

Oficiais Livres derrubaram a monarquia egípcia em 1952. Gamal Abdel Nasser associou reforma, industrialização, pan-arabismo e soberania. A nacionalização da Companhia do Canal de Suez em 1956 levou a ataque coordenado por Israel, França e Grã-Bretanha. Pressões norte-americana, soviética e internacional forçaram retirada.

A crise demonstrou enfraquecimento da ação imperial europeia independente e ampliou prestígio de Nasser. Não eliminou o papel britânico e francês na região, nem entregou controle pleno de petróleo, crédito e segurança aos Estados locais.

7.3 Argélia e descolonização francesa

A Argélia era juridicamente integrada à França, mas organizada por cidadania desigual, colonização de povoamento e expropriação. A guerra iniciada em 1954 envolveu Frente de Libertação Nacional, Estado francês, colonos e rivais argelinos. Mobilização política, diplomacia internacional e crise institucional na França levaram aos Acordos de Evian e à independência em 1962.

O novo governo herdou destruição, saída de técnicos e disputa sobre projeto econômico. Nacionalização de hidrocarbonetos, partido dominante e legitimidade revolucionária moldaram o Estado. A experiência argelina influenciou movimentos de libertação e debates sobre violência, cultura e descolonização.

7.4 Irã, petróleo e revolução

No Irã, o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh nacionalizou a indústria petrolífera em 1951. Conflito com a companhia britânica, embargo e operação apoiada por serviços britânicos e norte-americanos contribuíram para sua derrubada em 1953. O xá ampliou centralização, forças de segurança, reforma econômica e aliança com os Estados Unidos.

Crescimento, urbanização, desigualdade, repressão e oposição religiosa e secular formaram crise. A revolução de 1979 derrubou a monarquia e estabeleceu República Islâmica. Ela não foi simples avanço soviético: sua liderança desenvolveu projeto próprio, crítico de Washington e também do comunismo soviético.

7.5 Guerras árabe-israelenses e ocupação

A guerra de 1967 resultou no controle israelense sobre Cisjordânia, Jerusalém Oriental, Gaza, Sinai e Golã. A ocupação, os assentamentos, a questão dos refugiados e a segurança de Israel tornaram-se eixos permanentes. A Organização para a Libertação da Palestina ganhou centralidade e diferentes correntes palestinas disputaram estratégia e representação.

Em 1973, Egito e Síria atacaram posições israelenses. O conflito foi seguido por diplomacia que levou aos acordos entre Egito e Israel e à devolução do Sinai. A paz interestatal não resolveu soberania palestina nem outras frentes.

7.6 Petróleo, monarquias e capacidade estatal

Arábia Saudita e monarquias do Golfo ampliaram receitas, infraestrutura e influência. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo procurou coordenar produtores. A crise de 1973 mostrou que recurso estratégico podia ser instrumento diplomático, mas preços, tecnologia, empresas e mercados continuavam interdependentes.

Renda petrolífera não produziu um único regime. Monarquias, repúblicas militares e Estados revolucionários usaram receita para bem-estar, armas, patronagem e industrialização em combinações distintas.

Caso	Recurso ou território	Projeto político	Límite de soberania
Palestina e Israel	Terra, cidadania e reconhecimento	Projetos nacionais concorrentes	Ocupação, refugiados e segurança
Egito	Canal, exército e Estado	Pan-arabismo e desenvolvimento	Guerra, dívida e alianças
Argélia	Terra e hidrocarbonetos	Libertação e socialismo estatal	Partido dominante e dependência técnica
Irã	Petróleo e posição regional	Monarquia modernizadora, depois república islâmica	Intervenção, repressão e guerra
Golfo	Petróleo, portos e finanças	Monarquias distributivas	Segurança externa e trabalho migrante

Mito versus evidência: Mito: todos os conflitos regionais foram simples reflexos da disputa entre superpotências. Evidência: território, colonialismo, petróleo, projetos nacionais e instituições locais produziram agendas que Washington e Moscou tentaram influenciar, mas não criaram sozinhos.

Leituras-base do capítulo: James L. Gelvin, *The Modern Middle East*; Rashid Khalidi, *The Hundred Years' War on Palestine*; Elizabeth F. Thompson, *Justice Interrupted*; James McDougall, *A History of Algeria*.

8. África subsaariana: descolonização, federações e crises de soberania

8.1 Ritmos diferentes de independência

Costa do Ouro tornou-se Gana em 1957 sob liderança de Kwame Nkrumah. Guiné rejeitou a Comunidade Francesa em 1958. Em 1960, numerosas colônias francesas, britânicas e belgas alcançaram independência. Transições variaram: eleição e negociação, mobilização sindical, guerra prolongada, colapso administrativo ou combinação desses caminhos.

Não existia Estado pré-pronto dentro de cada fronteira colonial. Governos precisavam transformar serviço territorial em administração nacional, ampliar escola, arrecadar, organizar exército e negociar autoridade com regiões, chefias e partidos. A fronteira herdada reduzia disputas de redesenho imediato, mas reunia sociedades e economias orientadas para portos e exportações.

8.2 Gana, pan-africanismo e planejamento

Nkrumah vinculou independência ganesa à libertação continental. Conferências, apoio a movimentos e projetos de união africana ampliaram papel diplomático. Internamente, receita do cacau financiou infraestrutura e indústria; queda de preços, dívida, centralização e oposição enfraqueceram o governo, derrubado em 1966.

O caso revela tensão entre integração continental, construção nacional e limites de uma economia exportadora. Pan-africanismo não foi apenas discurso: criou instituições e redes, mas encontrou interesses estatais divergentes.

8.3 Congo e internacionalização da crise

A Bélgica preparou transição rápida no Congo em 1960 após décadas de baixa participação africana em altos cargos. Motim, secessão de Katanga, intervenção belga, operação das Nações Unidas e competição internacional fragmentaram autoridade. Patrice Lumumba buscou apoio externo quando julgou insuficiente a resposta ocidental; sua destituição e morte ocorreram dentro de cadeia de rivalidades congoleesas e interferências estrangeiras.

A crise não pode ser reduzida a desordem africana. Estrutura colonial, empresas minerais, interesses belgas, secessão regional, decisões da ONU, Estados Unidos e União Soviética interagiram. Mobutu consolidou poder depois, construindo regime apoiado externamente apesar de corrupção e concentração.

8.4 Nigéria, federalismo e guerra de Biafra

A Nigéria independente reuniu regiões com partidos, economias e instituições distintas. Disputas eleitorais, golpes e violência comunitária levaram a tentativa de secessão de Biafra em 1967. A guerra terminou em 1970 com vitória federal. Petróleo tornou-se recurso central do Estado e motivo de novas disputas distributivas.

Federalismo, criação de estados e transferência de receita foram respostas à diversidade e à concentração regional. Não eliminaram autoritarismo militar nem desigualdade. O caso permite estudar soberania como pacto fiscal e territorial.

8.5 África francesa e persistência de redes

Muitos Estados mantiveram moeda comum, cooperação militar, empresas e assessores franceses. Presidentes africanos também usaram essas redes para segurança, crédito e competição doméstica. A expressão Françafrrique descreve relações densas e opacas, mas não deve apagar diferenças entre Senegal, Costa do Marfim, Gabão, Mali, Guiné e outros casos.

Influência pós-colonial funcionava por tratados, bases, moeda, comércio, elites e intervenções. A formalidade bilateral podia coexistir com assimetria profunda.

8.6 Organização da Unidade Africana

Criada em 1963, a OUA apoiou descolonização e preservação das fronteiras herdadas. Essa escolha buscava evitar guerras generalizadas de revisão territorial. Comissão de Libertação e diplomacia continental ajudaram movimentos no sul, embora governos divergissem sobre ritmo, ideologia e alianças.

Caso	Forma de transição	Recurso central	Problema de soberania
Gana	Mobilização e negociação	Cacau, porto e Estado	Dívida, oposição e pan-africanismo
Congo	Independência acelerada e crise	Cobre, cobalto e território	Secessão, empresas e intervenção
Nigéria	Federação negociada	População, agricultura e petróleo	Receita, região e autoridade militar
África francófona	Comunidades e acordos bilaterais	Moeda, comércio e bases	Rede pós-colonial assimétrica
OUA	Cooperação interestatal	Diplomacia e norma territorial	Unidade continental e interesse nacional

Mito versus evidência: Mito: fronteiras coloniais tornaram inevitável o fracasso dos novos Estados. Evidência: fronteiras criaram restrições, mas instituições fiscais, coalizões, recursos, intervenção externa e escolhas políticas produziram trajetórias diferentes.

Leituras-base do capítulo: Frederick Cooper, *Africa since 1940*; John Iliffe, *Africans*; Jeffrey James Byrne, *Mecca of Revolution*; Crawford Young, *The African Colonial State in Comparative Perspective*.

9. Bandung, não alinhamento e internacionalismos do Terceiro Mundo

9.1 Bandung como processo

A Conferência Afro-Asiática de 1955 reuniu 29 governos em Bandung, Indonésia. Seus participantes discordavam sobre comunismo, alianças, religião, China e segurança, mas encontraram linguagem comum contra colonialismo, racismo e subordinação. Os princípios de soberania, não intervenção, cooperação e solução pacífica tinham significados diferentes para cada governo.

Bandung não criou imediatamente organização permanente. Produziu repertório, contatos e legitimidade. Jornalistas, estudantes e movimentos observaram o encontro, ampliando seu alcance além das delegações.

9.2 Movimento dos Não Alinhados

Belgrado sediou em 1961 a primeira conferência de chefes de Estado ou governo do Movimento dos Não Alinhados. Iugoslávia, Índia, Egito, Indonésia e Gana foram atores centrais. O movimento defendia descolonização, desarmamento e margem de decisão, mas incluía monarquias, repúblicas, democracias e regimes de partido único.

Não alinhamento era prática variável. A Índia cooperou militarmente com a União Soviética; a Iugoslávia recebeu apoio ocidental sem aderir à OTAN; Egito alternou fornecedores e parceiros; Cuba aproximou-se de Moscou e sustentou que compromisso revolucionário era compatível com o movimento.

9.3 Tricontinental e solidariedade revolucionária

A Conferência Tricontinental de Havana em 1966 reuniu organizações da África, Ásia e América Latina. Sua linguagem enfatizou luta anticolonial e anti-imperialista. Movimentos partilhavam treinamento, comunicação e símbolos, mas estratégias variavam entre guerrilha, partido, diplomacia e mobilização de massa.

Internacionalismo revolucionário competia com diplomacia estatal. Governos podiam apoiar movimentos no exterior e restringir oposição em casa. Solidariedade não eliminava interesses geopolíticos.

9.4 Grupo dos 77, UNCTAD e economia mundial

Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1964, países em desenvolvimento formaram o Grupo dos 77. Demandavam melhores termos de comércio, acesso a mercados, financiamento, transporte e controle de recursos. O número do grupo cresceu, mas o nome permaneceu.

Essas iniciativas transformaram a Assembleia Geral em arena econômica. A Nova Ordem Econômica Internacional, proclamada em 1974, reuniu soberania sobre recursos, regulação de empresas, transferência de tecnologia e reforma financeira. Sua implementação foi limitada por divergências, crise econômica, oposição de países ricos e endividamento.

9.5 Terceiro Mundo como projeto, não lugar fixo

O termo designava espaço político que pretendia superar colonialismo e bipolaridade. Não correspondia a lista homogênea de países pobres. Havia exportadores de petróleo e importadores, Estados continentais e ilhas, governos conservadores e socialistas. A categoria perdeu coesão na crise dos anos 1980, mas suas demandas continuaram em debates sobre dívida, desenvolvimento e representação.

Rede	Atores principais	Instrumento	Contradição
Bandung	Estados afro-asiáticos	Conferência e princípios	Alianças e regimes diferentes
Não Alinhados	Governos de vários continentes	Cúpula e coordenação na ONU	Autonomia versus aproximações seletivas
Tricontinental	Estados e movimentos	Solidariedade e comunicação	Diplomacia estatal versus revolução
Grupo dos 77	Países em desenvolvimento	Negociação econômica	Exportadores, devedores e interesses diversos
NIEO	Maioria da Assembleia Geral	Resoluções e programa de ação	Norma ampla e poder material limitado

Mito versus evidência: Mito: não alinhamento foi neutralidade oportunista. Evidência: foi um conjunto disputado de estratégias para ampliar autonomia, acelerar descolonização e reformar regras internacionais.

Leituras-base do capítulo: Vijay Prashad, *The Darker Nations*; Christopher J. Lee, *Making a World after Empire*; Robert B. Rakove, Kennedy, Johnson, and the Nonaligned World; Adom Getachew, *Worldmaking after Empire*.

10. América Latina e Caribe: revolução, reforma e poder hemisférico

10.1 Soberania formal e assimetria continental

A maior parte da América Latina era juridicamente independente havia mais de um século. Ainda assim, comércio, investimento, dívida, bases, empresas e política dos Estados Unidos estruturavam assimetrias. A Organização dos Estados Americanos, criada em 1948, ofereceu fórum regional, mas segurança anticomunista frequentemente prevaleceu sobre pluralismo.

Governos latino-americanos possuíam projetos próprios de industrialização, reforma social e nacionalismo. Guerra Fria hemisférica resultou da interação entre desigualdade agrária, urbanização, forças armadas, movimentos populares, revolução cubana e intervenção externa.

10.2 Guatemala em 1954

Os governos de Juan José Arévalo e Jacobo Árbenz promoveram reformas políticas e agrárias. A desapropriação de terras não cultivadas da United Fruit Company, indenização contestada e mobilização anticomunista ampliaram conflito com Washington. Operação organizada pela CIA apoiou força de exilados, pressão psicológica e ruptura militar que derrubaram Árbenz.

O episódio combinou interesse empresarial, ideologia, política local e ação clandestina. O governo posterior reverteu reformas e a Guatemala entrou em longa sequência de conflito e repressão. Estudar apenas a operação externa apaga coalizões domésticas; ignorá-la falseia a relação de forças.

10.3 Revolução Cubana e projeção internacional

O movimento de 1959 derrubou Fulgencio Batista. Nacionalizações, reforma agrária e conflito com os Estados Unidos aproximaram Cuba da União Soviética. A tentativa de invasão na Baía dos Porcos fracassou em 1961. No ano seguinte, a instalação de mísseis soviéticos produziu crise negociada entre superpotências com participação cubana limitada na decisão final.

Cuba construiu Estado socialista, ampliou saúde e educação, restringiu pluralismo político e apoiou movimentos e governos no exterior. Sua atuação em Angola e em redes tricontinentais mostra capacidade de iniciativa, embora dependesse de apoio soviético.

10.4 Brasil: desenvolvimento, golpe e ditadura

Entre 1945 e 1964, o Brasil combinou eleições, industrialização, trabalhismo e forte conflito social. O governo João Goulart propôs reformas de base em ambiente de inflação, mobilização popular, oposição empresarial, divisão militar e temor anticomunista. O golpe de 1964 recebeu apoio civil e reconhecimento norte-americano.

A ditadura reorganizou instituições, cassou direitos, censurou e reprimiu oposição. Crescimento acelerado de certos anos ampliou indústria e infraestrutura, mas concentrou renda e dívida. Abertura gradual, movimentos por anistia, sindicatos, organizações civis e crise econômica levaram à transição de 1985.

10.5 Cone Sul, coordenação repressiva e direitos humanos

Golpes no Chile, Uruguai e Argentina instalaram ditaduras com diferenças nacionais. Reformas econômicas, anticomunismo, doutrina de segurança e repressão política foram articulados por cooperação regional conhecida como Operação Condor. Documentos estatais e comissões de verdade permitem reconstruir responsabilidades sem generalizar culpa às sociedades.

Redes de exilados, familiares, igrejas, advogados e organizações internacionais transformaram direitos humanos em linguagem política central. A pressão externa não substituiu resistência local, mas alterou custos diplomáticos.

10.6 América Central e Caribe nos anos 1970 e 1980

Revolução sandinista derrubou a dinastia Somoza na Nicarágua em 1979. O novo governo enfrentou oposição armada apoiada pelos Estados Unidos, guerra, crise econômica e polarização. Em El Salvador e Guatemala, conflitos internos envolveram desigualdade, forças estatais, organizações guerrilheiras e intervenção regional.

Granada viveu revolução em 1979 e intervenção norte-americana em 1983. Panamá foi invadido em 1989. Cada caso possuía instituições e sequências próprias; o rótulo de segurança hemisférica não basta para explicá-los.

Caso	Conflito doméstico	Instrumento externo	Resultado político
Guatemala	Reforma agrária e coalizão conservadora	Operação clandestina e pressão	Reversão e instabilidade prolongada
Cuba	Revolução, nacionalização e socialismo	Embargo, invasão frustrada e aliança soviética	Estado socialista e projeção internacional
Brasil	Reformas, mobilização e oposição	Apoio político ao golpe	Ditadura, desenvolvimento e transição
Cone Sul	Polarização e forças armadas	Cooperação repressiva e finanças	Ditaduras e posterior agenda de memória
América Central	Terra, oligarquia e revolução	Armas, treinamento e diplomacia	Guerras e acordos negociados

Mito versus evidência: Mito: golpes latino-americanos foram apenas ordens dos Estados Unidos ou somente produtos internos. Evidência: intervenção e apoio externo alteraram relações de força dentro de coalizões nacionais com interesses próprios.

Leituras-base do capítulo: Greg Grandin, *The Last Colonial Massacre*; Tanya Harmer, *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*; James N. Green, *We Cannot Remain Silent*; Hal Brands, *Latin America's Cold War*.

11. Desenvolvimento, recursos e soberania econômica

11.1 Desenvolvimento como promessa estatal

Depois de 1945, desenvolvimento tornou-se linguagem compartilhada por governos capitalistas, socialistas e não alinhados. Indicadores de renda, produção, alfabetização e saúde converteram sociedades em objetos comparáveis. Planos definiam setores prioritários, infraestrutura e metas. A promessa de superar pobreza legitimava novos Estados e instituições internacionais.

O conceito não era neutro. Quem definia necessidade, tecnologia adequada e população produtiva? Grandes barragens e projetos agrícolas podiam gerar energia e deslocar comunidades. Estatística nacional podia esconder desigualdade regional e trabalho não remunerado.

11.2 Industrialização por substituição de importações

Brasil, México, Argentina, Índia e outros países protegeram indústria, criaram empresas estatais e administraram câmbio. A estratégia buscava reduzir dependência de manufaturas importadas. Produziu capacidade industrial e empregos urbanos, mas dependia de máquinas, tecnologia, petróleo e financiamento externos.

Mercados internos desiguais, inflação e restrições cambiais limitaram resultados. Não existe oposição simples entre Estado e mercado: bancos públicos, tarifas, empresas privadas e multinacionais frequentemente coexistiam.

11.3 Reforma agrária e Revolução Verde

Terra era base de cidadania, imposto, poder local e produção. Japão, Taiwan e Coreia do Sul realizaram reformas profundas em contexto de ocupação e segurança. México, Índia, Egito, Bolívia e vários países africanos produziram modelos incompletos ou regionais. Proprietários, camponeses, cooperativas e burocracias disputaram implementação.

Sementes de alto rendimento, irrigação, fertilizantes e crédito ampliaram colheitas em algumas regiões. Benefícios dependiam de terra, água e acesso a insumos. A expressão Revolução Verde descreve pacote técnico-institucional, não milagre agrícola universal.

11.4 Recursos naturais, nacionalização e empresas

Petróleo iraniano, canal egípcio, cobre chileno, bauxita, estanho e minas africanas foram apresentados como fundamentos de soberania. Nacionalização podia transferir propriedade sem garantir tecnologia, transporte, mercado ou gestão. Empresas transnacionais negociavam impostos e concessões, enquanto governos buscavam joint ventures e quadros técnicos.

Cartéis de produtores e OPEP tentaram transformar recurso em poder coletivo. A capacidade dependia de coordenação, demanda, substitutos e diferenças entre membros.

11.5 Dependência e Nova Ordem Econômica Internacional

Economistas latino-americanos destacaram centro e periferia, deterioração de termos de troca e estrutura produtiva. Teorias da dependência divergiram sobre capitalismo nacional, classe e possibilidade de desenvolvimento associado. Na África e Ásia, debates semelhantes analisaram moeda, comércio, empresas e heranças coloniais.

A NIEO de 1974 traduziu críticas em programa internacional. O choque do petróleo inicialmente fortaleceu produtores, mas importadores sofreram. Recessão, juros e dívida nos anos 1980 enfraqueceram barganha coletiva.

11.6 Gênero, trabalho e desenvolvimento

Políticas tratavam frequentemente homens como produtores e mulheres como dependentes, mesmo quando trabalho feminino sustentava agricultura, comércio e família. Associações, pesquisadoras e organismos internacionais demonstraram essa invisibilidade. Educação e emprego ampliaram oportunidades de maneira desigual; legislação não eliminou hierarquias domésticas e salariais.

Estratégia	Instrumento	Ganho possível	Límite recorrente
Industrialização protegida	Tarifa, câmbio e empresa estatal	Capacidade produtiva	Importação de tecnologia e mercado desigual
Reforma agrária	Limite de propriedade e redistribuição	Produtividade e cidadania	Resistência política e crédito insuficiente
Nacionalização	Lei, compra ou expropriação	Receita e controle	Tecnologia, gestão e acesso a mercados
Ajuda e empréstimo	Projeto e financiamento externo	Infraestrutura e divisas	Condição, dívida e prioridade do doador
Cooperação Sul-Sul	Comércio, treinamento e diplomacia	Autonomia coletiva	Recursos e interesses distintos

Mito versus evidência: Mito: desenvolvimento era escolha entre mercado ocidental e planejamento soviético. Evidência: governos combinaram proteção, empresa estatal, capital privado, ajuda, planejamento e comércio em arranjos híbridos.

Leituras-base do capítulo: Frederick Cooper, *Africa since 1940*; Eric Helleiner, *Forgotten Foundations of Bretton Woods*; Amy L. S. Staples, *The Birth of Development*; Corinna R. Unger, *International Development*.

12. Ordem nuclear, corrida espacial, ciência e cultura política

12.1 Armas, dissuasão e risco

O monopólio nuclear norte-americano terminou em 1949 com teste soviético. Grã-Bretanha, França e China desenvolveram arsenais; outros Estados buscaram capacidade ou proteção de aliados. A dissuasão baseava-se na expectativa de que retaliação tornaria ataque inaceitável. Essa lógica dependia de informação, comando, percepção e sobrevivência das forças, portanto nunca eliminou risco de erro.

O tema deve ser estudado sem fetichizar tecnologia. Orçamentos, bases, mineração, testes, deslocamento de comunidades e segredo integravam a ordem nuclear. Populações de áreas de teste e trabalhadores participaram de uma história frequentemente ocultada por mapas estratégicos.

12.2 Crise dos mísseis e comunicação

Em 1962, a instalação soviética de mísseis em Cuba, a vigilância norte-americana e o bloqueio naval produziram confronto. Estados Unidos e União Soviética negociaram retirada de mísseis de Cuba e, reservadamente, compromisso envolvendo sistemas norte-americanos na Turquia. Cuba não controlou a solução apesar de estar no centro territorial.

A crise levou a canais diretos e iniciativas de controle, mas também reforçou arsenais. Documento posterior não deve transformar decisão em roteiro seguro; líderes agiram com informação incompleta e divergências internas.

12.3 Tratados e não proliferação

O Tratado de Interdição Parcial de Testes de 1963 proibiu testes em certos ambientes. O Tratado de Não Proliferação de 1968 distinguiu Estados reconhecidos com armas e demais signatários, prometendo desarmamento e acesso pacífico sob salvaguardas. Índia considerou o regime desigual e testou dispositivo em 1974; Paquistão desenvolveu programa próprio. Israel manteve política de ambiguidade.

SALT, tratado sobre mísseis antibalísticos e acordos posteriores administraram competição. Controle de armas não era desarmamento completo; buscava previsibilidade e limites selecionados.

12.4 Espaço e infraestrutura científica

O Sputnik de 1957 demonstrou capacidade soviética e acelerou programas educacionais e espaciais. A chegada norte-americana à Lua em 1969 foi conquista científica e espetáculo político. Satélites transformaram comunicação, meteorologia, cartografia, navegação e reconhecimento.

Ciência era internacional e hierárquica. Pesquisadores circulavam, mas laboratórios dependiam de Estado e segredo. Países não alinhados buscaram energia, medicina, agricultura e sensoriamento remoto, contestando monopólio de benefícios.

12.5 Cultura, propaganda e vida cotidiana

Exposições, cinema, rádio, esporte, literatura e intercâmbio apresentavam modelos de modernidade. Estados financiavam cultura aberta e clandestinamente. Artistas e públicos não eram receptores passivos: apropriavam-se de recursos e podiam criticar patrocinadores.

Defesa civil, exercícios e arquitetura incorporaram expectativa de conflito. Ao mesmo tempo, movimentos pela paz, cientistas e campanhas antinucleares criaram redes transnacionais. Cultura política incluía medo, esperança tecnológica e contestação.

Dimensão	Instrumento	Promessa	Contradição
Dissuasão	Arsenal, base e comando	Impedir ataque	Erro, escalada e custo permanente
Não proliferação	Tratado e salvaguarda	Limitar difusão	Hierarquia entre Estados
Espaço	Foguete, satélite e laboratório	Ciência e comunicação	Uso civil e militar combinados
Propaganda	Rádio, filme, exposição e esporte	Legitimidade	Público interpreta e resiste
Cooperação científica	Agência, universidade e intercâmbio	Conhecimento compartilhado	Segredo e desigualdade de recursos

Mito versus evidência: Mito: equilíbrio nuclear produziu estabilidade automática. Evidência: dissuasão reduziu certos incentivos, mas exigiu comando, informação e negociação contínuos e transferiu conflitos para outras regiões.

Leituras-base do capítulo: Lawrence Freedman, *The Evolution of Nuclear Strategy*; David Holloway, *Stalin and the Bomb*; Gabrielle Hecht, *Being Nuclear*; Walter A. McDougall, *The Heavens and the Earth*.

13. União Soviética, Europa oriental e rupturas no campo socialista

13.1 Reconstrução, partido-Estado e império em debate

A União Soviética saiu da guerra como superpotência e federação multinacional. Repúblicas possuíam instituições e territórios próprios, mas Partido Comunista, planejamento, segurança e forças armadas eram centralizados. Chamar o sistema de império destaca hierarquia e coerção; chamá-lo apenas de império pode apagar cidadania soviética, mobilidade social e formas federais. A comparação exige explicar quais mecanismos se aproximavam de dominação imperial.

Reconstrução priorizou indústria pesada e segurança. Educação, ciência e urbanização avançaram, enquanto agricultura e consumo enfrentavam limites. O Estado oferecia direitos sociais e emprego, mas restringia organização política independente.

13.2 Desestalinização e 1956

Após a morte de Stalin, Nikita Khrushchev denunciou parte dos crimes do período anterior e promoveu mudanças. Na Polônia, mobilização levou a compromisso com liderança reformista. Na Hungria, protesto transformou-se em revolução e tentativa de alterar posição internacional; forças soviéticas intervieram e restauraram governo alinhado.

O ano revelou limites da autonomia no bloco. Também mostrou que trabalhadores, estudantes, intelectuais e comunistas reformistas não eram simples agentes ocidentais. Suas demandas combinavam socialismo, soberania e pluralização.

13.3 Primavera de Praga e doutrina de soberania limitada

Em 1968, liderança tchecoslovaca propôs reforma econômica, liberdade de expressão e renovação socialista. Tropas do Pacto de Varsóvia intervieram. A justificativa de que defesa do socialismo permitia ação coletiva ficou conhecida como doutrina Brezhnev.

Normalização restaurou controle e expulsou reformistas, mas redes culturais e dissidentes preservaram crítica. Carta 77 e outros movimentos conectaram direitos civis a compromissos internacionais assumidos pelos próprios governos.

13.4 Ruptura com China, autonomia romena e Iugoslávia

A ruptura sino-soviética transformou fronteira e liderança do movimento comunista. Romênia buscou margem diplomática sem democratizar o regime. A Iugoslávia, rompida com Moscou desde 1948, desenvolveu autogestão, federalismo e posição não alinhada, recebendo relações econômicas de vários lados.

Não havia campo socialista uniforme. Albânia aproximou-se da China e depois isolou-se. Vietnã alinhou-se mais à União Soviética, enquanto Camboja e China seguiram outro eixo. Ideologia comum não eliminou segurança e nacionalismo.

13.5 Polônia, Solidariedade e crise de legitimidade

Na Polônia, dívida, escassez, Igreja Católica e tradição operária sustentaram mobilizações. O sindicato Solidariedade, criado em 1980, tornou-se movimento nacional. Lei marcial de 1981 suspendeu sua atuação aberta, mas não restaurou legitimidade duradoura. Negociação entre governo e oposição em 1989 abriu eleições parcialmente livres.

O caso demonstra que crise econômica e organização social podiam alterar regime mesmo sob alianças militares. Apoio externo foi relevante, porém instituições polonesas e redes locais definiram a dinâmica.

13.6 Nacionalidades e centro soviético

Políticas soviéticas haviam criado elites, línguas padronizadas e fronteiras republicanas ao mesmo tempo que centralizavam poder. Migração, industrialização e memória de repressões produziram relações complexas. Nos anos 1980, movimentos no Báltico, Cáucaso, Ucrânia e outras regiões transformaram federalismo formal em reivindicação de soberania.

Caso	Demanda	Resposta do centro	Resultado
Hungria, 1956	Reforma, pluralização e neutralidade	Intervenção militar	Governo alinhado e memória duradoura
Tchecoslováquia, 1968	Reforma socialista	Invasão do Pacto	Normalização e dissidência
Iugoslávia	Autonomia de Moscou e federalismo	Pressão sem reintegração	Não alinhamento e fragilidade federativa
Polônia, 1980-1989	Sindicato independente e negociação	Lei marcial, depois acordo	Transição eleitoral
Repúblicas soviéticas	Soberania e reconhecimento	Reforma, negociação e conflito	Independências em 1991

Mito versus evidência: Mito: qualquer oposição no bloco oriental era liberal e pró-ocidental. Evidência: comunistas reformistas, nacionalistas, trabalhadores, religiosos e defensores de direitos formularam projetos diferentes.

Leituras-base do capítulo: Vladislav Zubok, *A Failed Empire*; Mark Kramer, estudos sobre o bloco soviético; Padraic Kenney, *A Carnival of Revolution*; Serhii Plokhy, *The Last Empire*.

14. Sistema liderado pelos Estados Unidos: alianças, bases e intervenções

14.1 Hegemonia e instituições

O poder norte-americano combinou dólar, mercado, tecnologia, forças armadas, empresas, universidades e instituições multilaterais. Washington raramente governava aliados como colônias; negociava com Estados soberanos em relações muito assimétricas. A noção de império informal é útil quando identifica bases, condicionalidade, intervenção e regras, mas insuficiente se apaga escolhas dos aliados.

Europa ocidental e Japão receberam garantias de segurança e acesso a mercados. Governos conservavam administrações, eleições e prioridades domésticas. Alguns pediram presença militar norte-americana; outros contestaram custos e soberania.

14.2 Alianças regionais e arquipélago de bases

Além da OTAN, os Estados Unidos organizaram tratados com Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia. SEATO e CENTO tentaram criar cinturões regionais, mas foram menos institucionalizados. Bases conectavam logística, inteligência e poder aéreo; também geravam conflitos sobre terra, jurisdição e trabalho.

Aliança não era controle total. França retirou-se do comando militar integrado da OTAN em 1966 sem abandonar o tratado. Filipinas renegociaram bases. Japão combinou dependência de segurança com política econômica própria.

14.3 Ação clandestina e mudança de governos

Operações no Irã e Guatemala, envolvimento no Congo, Chile e outros casos demonstram uso de inteligência, financiamento, propaganda e apoio a coalizões. Documentos desclassificados ampliaram evidência, mas a classificação impede mapa completo. Ação clandestina buscava negar responsabilidade e reduzir custo político.

Ela dependia de parceiros locais. Militares, partidos, empresas, proprietários e meios de comunicação possuíam objetivos próprios. Explicação deve localizar agência e assimetria simultaneamente.

14.4 Ajuda, alimentos e desenvolvimento

Plano Marshall, Aliança para o Progresso, Agência para o Desenvolvimento Internacional e programas de alimentos conectaram assistência a estratégia. Projetos financiaram infraestrutura, saúde, educação e agricultura; também favoreceram fornecedores, modelos técnicos e governos considerados estáveis.

Beneficiários negociavam, desviavam ou adaptavam recursos. Avaliar ajuda exige separar compromisso anunciado, desembolso, contrapartida e efeito local.

14.5 Empresas, finanças e jurisdição

Multacionais de petróleo, mineração, agricultura, indústria e comunicação influenciaram investimento e tecnologia. Não formavam braço único do governo: podiam pressionar por proteção, discordar de sanções ou negociar diretamente. Ainda assim, direito, diplomacia e poder financeiro norte-americanos ampliavam sua posição.

O abandono da conversibilidade do dólar em ouro em 1971 encerrou elemento de Bretton Woods sem eliminar centralidade da moeda. Mercados financeiros e bancos privados ganharam importância nos anos 1970 e 1980.

14.6 Contradições internas e legitimidade externa

Segregação racial e discriminação enfraqueciam discurso de liberdade. Movimentos por direitos civis tornaram política interna questão internacional. Governos responderam com reformas, enquanto diplomatas apresentavam mudanças como prova de capacidade democrática.

Protestos contra guerra, movimentos estudantis, jornalismo e Congresso limitaram algumas políticas. O sistema hegemônico continha instituições abertas à contestação, sem que isso eliminasse intervenções.

Mecanismo	Recurso norte-americano	Capacidade do aliado	Limite
Aliança	Garantia, armas e comando	Base, tropa e legitimidade local	Interesses divergentes
Ajuda	Crédito, alimento e técnica	Seleção e implementação	Condição e dependência
Ação clandestina	Inteligência, dinheiro e propaganda	Rede e conhecimento doméstico	Segredo, falha e reação
Mercado e empresa	Dólar, investimento e tecnologia	Regulação e negociação	Fuga de capital e assimetria
Cultura	Universidade, mídia e intercâmbio	Apropriação pelo público	Patrocínio não controla interpretação

Mito versus evidência: Mito: hegemonia norte-americana foi ou domínio total ou cooperação entre iguais. Evidência: operou por instituições, alianças e mercados que produziam consentimento, barganha, dependência e coerção em proporções variáveis.

Leituras-base do capítulo: Geir Lundestad, *The United States and Western Europe since 1945*; John Lewis Gaddis, *Strategies of Containment*; David C. Engerman, *The Price of Aid*; Victoria de Grazia, *Irresistible Empire*.

15. África austral: apartheid, colonialismo de povoamento e libertação

15.1 Apartheid como Estado regional

O Partido Nacional chegou ao governo sul-africano em 1948 e sistematizou segregação por classificação racial, residência, educação, trabalho e representação. Apartheid não era apenas preconceito social: dependia de leis, polícia, empresas, administrações locais e territórios apresentados como pátrias separadas.

A economia combinava mineração, indústria e trabalho negro submetido a mobilidade e direitos desiguais. Sindicatos, Congresso Nacional Africano, Congresso Pan-Africanista, organizações comunitárias, igrejas e estudantes criaram formas sucessivas de resistência.

15.2 Sharpeville, Soweto e reorganização da resistência

Repressão ao protesto de Sharpeville em 1960 foi seguida por proibição de movimentos e passagem de algumas organizações à luta armada. Prisões, exílio e controle enfraqueceram atuação aberta, mas não a eliminaram. Em 1976, mobilização estudantil iniciada em Soweto ampliou contestação e repercussão internacional.

Na década de 1980, sindicatos, frentes cívicas e protestos tornaram áreas do país difíceis de governar. Estado de emergência intensificou coerção. Resistência interna, sanções, desinvestimento, mudanças regionais e custo econômico pressionaram o regime.

15.3 Rodésia, Zimbábue e governo da maioria

Na Rodésia do Sul, governo da minoria branca declarou independência unilateral em 1965 para impedir transição imediata. Sanções internacionais, guerra de libertação e negociação levaram ao acordo de Lancaster House e independência do Zimbábue em 1980.

A transição preservou temporariamente estruturas de propriedade e incluiu garantias negociadas. Independência política não resolveu automaticamente terra, desigualdade ou competição partidária.

15.4 Império português e guerras de libertação

Portugal manteve Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe como ultramar. Movimentos armados iniciaram guerras nos anos 1960. O custo militar e a crise do regime contribuíram para Revolução dos Cravos em 1974.

Transição rápida levou a independências em 1975. Em Angola, MPLA, FNLA e UNITA disputaram poder com participação de Cuba, União Soviética, Estados Unidos, China, Zaire e África do Sul. Moçambique enfrentou guerra entre FRELIMO e RENAMO em ambiente regional. Descolonização e Guerra Fria se fundiram sem serem idênticas.

15.5 Namíbia, ocupação e diplomacia

A África do Sul administrou o antigo Sudoeste Africano e recusou encerrar controle apesar de decisões internacionais. A SWAPO conduziu luta política e armada. A guerra em Angola, presença cubana, segurança sul-africana e negociações internacionais conectaram independência namibiana ao acordo regional de 1988. A Namíbia tornou-se independente em 1990.

15.6 Negociação sul-africana

Mudanças regionais, crise econômica, resistência interna e fim da Guerra Fria alteraram cálculos. O governo libertou Nelson Mandela e legalizou movimentos em 1990. Negociação buscou sufrágio universal, garantias constitucionais e transição sem guerra generalizada. O processo ultrapassa 1991, mas suas condições pertencem a este volume.

Território	Estrutura de domínio	Movimento	Caminho de transformação
África do Sul	Apartheid e capitalismo racial	ANC, PAC, sindicatos e frentes cívicas	Mobilização, sanção e negociação
Rodésia/Zimbábue	Governo de minoria e colonização de povoamento	ZANU e ZAPU	Guerra e acordo constitucional
Angola	Colônia portuguesa e movimentos rivais	MPLA, FNLA e UNITA	Revolução portuguesa e guerra internacionalizada
Moçambique	Colônia portuguesa	FRELIMO e depois disputa com RENAMO	Independência e guerra regional
Namíbia	Ocupação sul-africana	SWAPO	Guerra, ONU e acordo regional

Mito versus evidência: Mito: o fim do apoio das superpotências encerrou por si só apartheid e guerras regionais. Evidência: mudanças internacionais importaram porque movimentos, sindicatos, governos africanos e custos internos haviam transformado a relação de forças.

Leituras-base do capítulo: Saul Dubow, *Apartheid, 1948-1994*; Tom Lodge, *Black Politics in South Africa since 1945*; Piero Gleijeses, *Visions of Freedom*; Sue Onslow (org.), *Cold War in Southern Africa*.

16. Crises dos anos 1970 e 1980: petróleo, dívida e reformas de mercado

16.1 Fim de Bretton Woods e choques do petróleo

Em 1971, os Estados Unidos suspenderam conversibilidade do dólar em ouro. Câmbios flutuantes e finanças internacionais modificaram margem de governos. A guerra de 1973 e decisões de exportadores elevaram preço do petróleo. Países produtores acumularam receita; importadores enfrentaram inflação e balanço de pagamentos.

Bancos reciclaram petrodólares por empréstimos. Crédito abundante financiou Estado, infraestrutura e consumo, mas contratos em moeda estrangeira criaram vulnerabilidade a juros e recessão.

16.2 Crise da dívida

No início dos anos 1980, juros elevados, dólar forte e queda de exportações tornaram dívidas difíceis de servir. México anunciou em 1982 incapacidade de manter pagamentos nas condições existentes, abrindo crise regional. FMI, bancos e governos credores negociaram programas de ajuste.

Cortes, desvalorização, privatização e abertura variaram por país. A expressão década perdida resume estagnação latino-americana, mas impactos foram desiguais. África subsaariana também enfrentou deterioração fiscal e programas de ajuste.

16.3 Reformas de mercado e neoliberalismo

Chile sob ditadura foi laboratório precoce de liberalização, embora políticas tenham mudado após crise bancária. Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e Estados Unidos de Ronald Reagan reduziram sindicatos, impostos e regulação em áreas selecionadas, sem diminuir igualmente todos os poderes do Estado.

Neoliberalismo designa ideias, coalizões e instituições favoráveis a competição, propriedade privada e disciplina monetária. Não foi pacote único nem retirada pura do Estado; exigiu legislação, bancos centrais, polícia, tratados e criação de mercados.

16.4 Reformas na China

Após 1978, liderança chinesa introduziu responsabilidade familiar na agricultura, zonas econômicas especiais, investimento externo e maior autonomia empresarial, mantendo monopólio político do Partido Comunista. A transformação foi gradual e experimental, não simples adoção do modelo ocidental.

Crescimento ampliou produção e comércio, mas produziu novas desigualdades e migrações. Protestos de 1989 expressaram demandas variadas e foram reprimidos. A China entrou na década de 1990 com economia mais integrada e Estado político centralizado.

16.5 Irã, Afeganistão e nova instabilidade

A revolução iraniana, a guerra entre Irã e Iraque e a intervenção soviética no Afeganistão em 1979 alteraram alianças. Estados Unidos, Paquistão, Arábia Saudita e outros apoiaram resistência afegã; União Soviética retirou forças em 1989. Causas internas, rivalidades regionais e competição global se sobrepuseram.

Religião política ganhou visibilidade, mas não substituiu classe, Estado e nacionalismo. Projetos islâmicos eram diversos e frequentemente rivais.

16.6 Ambientalismo e limites do desenvolvimento

Poluição industrial, acidentes, desmatamento e crise urbana ampliaram movimentos ambientais. Conferência de Estocolmo de 1972 conectou ambiente e desenvolvimento. Países do Sul argumentaram que responsabilidade e recursos eram desiguais.

O acidente de Chernobyl em 1986 expôs problemas de segurança, segredo e confiança. Ambientalismo tornou-se linguagem transnacional e, em algumas regiões soviéticas, canal para demandas nacionais.

Transformação	Canal	Efeito imediato	Questão de poder
Choque do petróleo	Preço e oferta	Inflação e transferência de renda	Quem controla recurso e finança?
Crise da dívida	Juros, dólar e exportação	Ajuste e recessão	Credor define política doméstica?
Privatização	Venda e regulação	Mudança de propriedade	Estado perde ou reorganiza capacidade?
Reforma chinesa	Experimento e zona especial	Crescimento e comércio	Mercado sem pluralismo político
Ambientalismo	Ciência, movimento e conferência	Nova agenda pública	Responsabilidade comum ou desigual?

Mito versus evidência: Mito: os anos 1980 provaram espontaneamente a superioridade de mercados livres. Evidência: reformas resultaram de crises, coalizões, coerção, instituições e escolhas estatais, com ganhos e custos distribuídos de forma desigual.

Leituras-base do capítulo: Eric Helleiner, *States and the Reemergence of Global Finance*; Barry Eichengreen, *Globalizing Capital*; Quinn Slobodian, *Globalists*; Isabella Weber, *How China Escaped Shock Therapy*.

17. De 1985 a 1991: reformas, revoluções e dissolução da ordem bipolar

17.1 Gorbachev e reforma do sistema

Mikhail Gorbachev assumiu liderança soviética em 1985 diante de crescimento lento, custos militares e baixa inovação. Perestroika buscou reestruturação; glasnost ampliou debate e informação. Reformas econômicas parciais alteraram coordenação sem criar sistema estável de mercado. Abertura política reduziu capacidade de impor decisões e revelou conflitos acumulados.

Nova política externa procurou reduzir corrida armamentista, retirar-se do Afeganistão e abandonar intervenção automática na Europa oriental. Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário de 1987 eliminou uma categoria de sistemas. Cooperação não significava que todos previram dissolução da União.

17.2 Revoluções de 1989

Negociação polonesa, abertura da fronteira húngara, protestos na Alemanha Oriental, Revolução de Veludo tchecoslovaca e mudanças em outros países dissolveram governos de partido único. A ausência de intervenção militar soviética alterou cálculos. Cada transição possuía coalizões e instituições próprias.

A queda do Muro de Berlim simbolizou processo, mas não o iniciou sozinha. Reunificação alemã exigiu negociação entre dois Estados alemães e quatro potências ocupantes, integração monetária e acordo de fronteiras.

17.3 Nacionalidades e crise da federação soviética

Eleições competitivas e liberdade de expressão fortaleceram movimentos nacionais. Repúblicas bálticas reivindicaram restauração de independência; conflitos emergiram no Cáucaso; Rússia, Ucrânia e outras repúblicas declararam soberania. O centro perdeu receita e comando político.

Um novo tratado de união foi negociado, mas tentativa de golpe por setores conservadores em agosto de 1991 fracassou e acelerou desintegração. Lideranças de Rússia, Ucrânia e Belarus declararam extinta a União e criaram Comunidade de Estados Independentes. Em dezembro, a União Soviética deixou de existir.

17.4 Fim do Pacto de Varsóvia e nova Europa

O Pacto foi dissolvido em 1991. Comunidade Europeia aprofundava integração e preparava união política e monetária. Estados da Europa central buscavam democracia, mercado e aproximação ocidental. A Iugoslávia, por sua vez, entrou em desintegração violenta, mostrando que fim da bipolaridade não garantia transição pacífica.

17.5 Guerra do Golfo e ordem internacional

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 foi condenada pelo Conselho de Segurança. Coalizão liderada pelos Estados Unidos expulsou forças iraquianas em 1991. Cooperação entre grandes potências pareceu anunciar segurança coletiva renovada, ao mesmo tempo que demonstrou concentração militar norte-americana.

O evento não deve ser lido como conclusão inevitável da Guerra Fria. Petróleo, fronteiras, dívida regional, autoritarismo e alianças possuíam história própria.

17.6 O que terminou e o que permaneceu

Terminou a União Soviética, dissolveu-se o Pacto de Varsóvia e desapareceu o sistema de partidos comunistas governantes na maior parte da Europa. Permaneceram a OTAN, armas nucleares, bases, instituições de Bretton Woods, fronteiras pós-coloniais, dívidas e conflitos regionais.

A descolonização multiplicou soberanias, mas territórios não autônomos e formas informais de poder continuaram. Empresas, finanças e tecnologia ganhariam peso na etapa seguinte. 1991 é ruptura importante, não ponto final do império.

Formação em 1991	Mudança	Continuidade	Futuro aberto
Estados Unidos	Superioridade militar ampliada	Alianças, dólar e bases	Hegemonia ou sobre-extensão
Ex-União Soviética	Quinze Estados independentes	Infraestrutura, arsenais e interdependência	Fronteiras e reforma econômica
Europa central e oriental	Fim do partido único	Estado, dívida e sociedade industrial	Integração e desigualdade
China	Mercado ampliado sob partido único	Centralização e soberania territorial	Crescimento e inserção global
Sul global	Mais Estados e redes regionais	Dívida e dependência comercial	Democratização e nova globalização

Tese do volume: Entre 1945 e 1991, a soberania estatal tornou-se quase universal como norma, mas poder militar, moeda, tecnologia, empresas e crédito permaneceram distribuídos de modo profundamente desigual. Descolonização mudou o mundo sem encerrar relações imperiais.

Leituras-base do capítulo: Archie Brown, *The Gorbachev Factor*; Serhii Plokhy, *The Last Empire*; Mary Elise Sarotte, *Not One Inch*; Vladislav Zubok, *Collapse*.

Apêndice A. Cronologia analítica

A.1 Como ler a cronologia

As datas organizam processos, não substituem explicação. Um tratado pode formalizar relação construída antes; uma independência pode anteceder controle administrativo; um golpe pode iniciar reorganização institucional prolongada. Para cada linha, pergunte quais atores, recursos e alternativas estavam presentes.

A.2 De 1945 a 1959

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1945	Global	Carta das Nações Unidas entra em vigor	Igualdade soberana convive com veto das grandes potências
1945	Vietnã	República Democrática proclamada	Independência anunciada antes do reconhecimento e do controle pacífico
1945	Indonésia	Independência proclamada	Retorno colonial encontra república e mobilização local
1945	Europa	Conferências aliadas e zonas de ocupação	Cooperação de guerra dá lugar a disputas sobre segurança e reparação
1946	Filipinas	Independência formal	Tratados, bases e economia preservam vínculos assimétricos
1946	Irã	Retirada soviética após crise	ONU e pressão internacional entram na disputa de fronteira
1947	Índia e Paquistão	Independência e partição	Soberania, migração e cidadania são reorganizadas simultaneamente
1947	Estados Unidos	Doutrina Truman e contenção	Conflitos locais são enquadrados como competição global
1947	Europa	Plano Marshall anunciado	Reconstrução econômica torna-se instrumento estratégico
1947	Palestina	ONU recomenda partição	Projetos nacionais e legitimidade internacional entram em choque
1948	Palestina e Israel	Criação de Israel e guerra regional	Estado reconhecido convive com deslocamento e ausência de Estado palestino
1948	África do Sul	Partido Nacional chega ao governo	Apartheid transforma segregação em sistema estatal ampliado
1948	Global	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Norma universal emerge em mundo ainda colonial e segregado
1948-1949	Berlim	Bloqueio e ponte aérea	Divisão europeia ganha infraestrutura e símbolo
1949	China	República Popular proclamada	Revolução altera equilíbrio asiático e representação internacional

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1949	Alemanha	Duas repúblicas são formadas	Ocupação converte-se em Estados concorrentes
1949	Atlântico Norte	OTAN criada	Garantia norte-americana institucionaliza bloco ocidental
1949	Indonésia	Transferência de soberania	Guerra, diplomacia e pressão internacional limitam restauração neerlandesa
1950	Coreia	Guerra começa	Divisão local torna-se conflito internacional
1950	Europa	Declaração Schuman	Integração econômica é usada para reorganizar soberania europeia
1951	Irã	Petróleo nacionalizado	Recurso estratégico torna-se questão de soberania
1952	Egito	Oficiais Livres derrubam monarquia	Nacionalismo militar e reforma estatal ganham centralidade
1953	Irã	Mossadegh é derrubado	Ação clandestina, monarquia e petróleo se combinam
1953	Coreia	Armistício	Operações cessam sem tratado de paz ou reunificação
1954	Indochina	Dien Bien Phu e Acordos de Genebra	Império francês recua e Vietnã permanece dividido
1954	Guatemala	Governo Árbenz é derrubado	Reforma agrária e intervenção se tornam marco hemisférico
1955	Indonésia	Conferência de Bandung	Estados afro-asiáticos articulam autonomia e anticolonialismo
1955	Europa oriental	Pacto de Varsóvia criado	Aliança soviética responde à integração ocidental
1955	Global	Manifesto Russell-Einstein é divulgado	Cientistas articulam o risco nuclear; a primeira Conferência Pugwash ocorreria em 1957
1956	Egito	Canal de Suez nacionalizado e crise internacional	Potências europeias encontram limites à intervenção independente
1956	Hungria	Revolução e intervenção soviética	Soberania do aliado é subordinada à segurança do bloco
1957	Gana	Independência	Primeiro caso subsaariano britânico acelera agenda continental
1957	Europa	Tratados de Roma	Mercado comum aprofunda integração de Estados ocidentais
1957	Espaço	Sputnik lançado	Ciência, educação e tecnologia tornam-se símbolos de sistema
1958	África francesa	Guiné escolhe independência imediata	Comunidade imperial encontra recusa e custo econômico
1959	Cuba	Revolução derruba Batista	Poder hemisférico e reforma social entram em nova fase

A.3 De 1960 a 1975

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1960	África	Ano de numerosas independências	Assembleia da ONU e mapa estatal são transformados
1960	Congo	Independência e crise	Transição colonial, secessão, empresas e superpotências se conectam
1960	ONU	Declaração sobre concessão de independência	Anticolonialismo torna-se norma majoritária
1960	África do Sul	Repressão em Sharpeville	Apartheid enfrenta isolamento e resistência reorganizada
1961	Global	Primeira cúpula dos Não Alinhados	Autonomia estratégica ganha organização regular
1961	Cuba	Baía dos Porcos	Ação apoiada pelos EUA fracassa e aproxima Cuba da URSS
1961	Alemanha	Muro de Berlim construído	Controle de mobilidade materializa divisão europeia
1961	Congo	Lumumba é morto	Crise interna e interferência externa aprofundam disputa de legitimidade
1962	Argélia	Independência	Guerra e negociação encerram colonialismo de povoamento francês
1962	Caribe	Crise dos mísseis	Dissuasão, soberania cubana e barganha de superpotências convergem
1962	Himalaia	Guerra sino-indiana	Bandung não elimina disputas territoriais
1963	África	Organização da Unidade Africana criada	Fronteiras herdadas e libertação continental viram normas
1963	Nuclear	Tratado de Interdição Parcial de Testes	Cooperação limita práticas específicas sem encerrar arsenais
1963	Vietnã do Sul	Governo Diem é derrubado	Crise política local e influência externa se reforçam
1964	Brasil	Golpe derruba Goulart	Segurança anticomunista e coalizão doméstica instalam ditadura
1964	Global	UNCTAD e Grupo dos 77	Comércio e desenvolvimento entram no centro da diplomacia do Sul
1964	Vietnã	Incidente do Golfo de Tonkin e escalada	Poder executivo norte-americano amplia guerra
1965	Indonésia	Mudança de poder e repressão	Nova Ordem anticomunista substitui equilíbrio de Sukarno
1965	Rodésia	Independência unilateral declarada	Governo de minoria resiste à descolonização
1966	Cuba	Conferência Tricontinental	Movimentos revolucionários articulam três continentes
1966	OTAN	França sai do comando integrado	Aliado contesta hierarquia sem abandonar tratado

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1967	Oriente Médio	Guerra de Junho	Ocupação territorial redefine conflito árabe-israelense
1967	Sudeste Asiático	ASEAN criada	Cooperação regional busca estabilidade e desenvolvimento
1968	Tchecoslováquia	Primavera de Praga e intervenção	Reforma socialista encontra limite militar do bloco
1968	Nuclear	Tratado de Não Proliferação aberto	Regime de controle institucionaliza hierarquia nuclear
1968	Global	Protestos estudantis e sociais	Cultura política atravessa blocos com agendas distintas
1969	Espaço	Missão Apollo 11 chega à Lua	Prestígio científico e capacidade industrial se combinam
1969	Estados Unidos e URSS	Negociações SALT começam	Competição passa a incluir administração de arsenais
1970	Nigéria	Guerra de Biafra termina	Federação é preservada e petróleo ganha centralidade
1971	Sul da Ásia	Bangladesh torna-se independente	Voto, guerra e intervenção rompem federação paquistanesa
1971	China e ONU	República Popular recebe assento chinês	Reconhecimento internacional se ajusta ao controle continental
1971	Economia mundial	Convertibilidade do dólar em ouro é suspensa	Bretton Woods muda sem fim da centralidade do dólar
1972	Estados Unidos e China	Aproximação diplomática	Triângulo entre Washington, Moscou e Pequim altera alianças
1972	Ambiente	Conferência de Estocolmo	Desenvolvimento passa a ser debatido com limites ambientais
1973	Chile	Golpe derruba Allende	Polarização, forças armadas e intervenção externa convergem
1973	Oriente Médio	Guerra e choque do petróleo	Produtores ampliam poder e importadores enfrentam crise
1974	Portugal e África	Revolução dos Cravos	Queda da ditadura abre descolonização rápida
1974	ONU	Nova Ordem Econômica Internacional proclamada	Maioria pós-colonial propõe reforma das regras globais
1974	Índia	Teste nuclear	País não alinhado contesta hierarquia do regime nuclear
1975	Indochina	Queda de Saigon e reunificação vietnamita	Intervenção norte-americana termina; guerra regional continua
1975	África portuguesa	Angola e Moçambique independentes	Descolonização se mistura a disputas internas e internacionais
1975	Europa	Ato Final de Helsinque	Fronteiras, cooperação e direitos entram no mesmo acordo

A.4 De 1976 a 1991

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1976	África do Sul	Levante de Soweto	Juventude e educação ampliam resistência ao apartheid
1976	China	Morte de Mao e disputa sucessória	Abre-se caminho para reforma econômica
1977	Estados Unidos	Direitos humanos ganham destaque diplomático	Norma é aplicada seletivamente, mas altera linguagem externa
1978	China	Reformas econômicas começam	Mercado é ampliado sem fim do partido único
1978	Oriente Médio	Acordos de Camp David	Egito e Israel negociam paz, questão palestina permanece
1978	Afeganistão	Revolução e crise interna	Reforma, resistência e rivalidades externas se intensificam
1979	Irã	Revolução derruba xá	Novo regime rejeita alinhamento anterior
1979	Nicarágua	Revolução sandinista	Ditadura cai e Guerra Fria centro-americana se amplia
1979	Afeganistão	Intervenção soviética	Competição global se conecta a guerra e redes regionais
1979	Nuclear	SALT II assinado	Controle de armas sofre com deterioração política
1980	Polônia	Solidariedade fundada	Sindicato independente desafia partido-Estado
1980	Oriente Médio	Guerra Irã-Iraque começa	Revolução, fronteira e poder regional se combinam
1980	Zimbábue	Independência reconhecida	Governo da maioria sucede regime de minoria
1981	Polônia	Lei marcial	Coerção contém movimento sem restaurar legitimidade plena
1982	Atlântico Sul	Guerra das Malvinas/Falklands	Disputa de soberania rompe alinhamentos previsíveis
1982	América Latina	Crise da dívida se torna aberta	Juros e moeda externa limitam políticas nacionais
1983	Granada	Intervenção dos Estados Unidos	Segurança regional é definida unilateralmente
1984	Global	Campanhas contra apartheid crescem	Sanções, cultura e finanças conectam pressão transnacional
1985	União Soviética	Gorbachev assume liderança	Reforma interna e nova política externa ganham prioridade
1985	Brasil	Governo civil sucede ditadura	Transição negociada convive com instituições herdadas
1986	Filipinas	Mobilização derruba Marcos	Eleição contestada, sociedade civil e aliança externa se cruzam
1986	União Soviética	Acidente de Chernobyl	Segurança, segredo e confiança entram em crise

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1987	Nuclear	Tratado INF	Categoria de sistemas é eliminada por verificação negociada
1988	África austral	Acordos regionais	Retirada cubana e independência namibiana são vinculadas
1988	ONU	Operações de paz se expandem	Fim da paralisia bipolar abre nova expectativa institucional
1989	Polônia	Eleições parcialmente livres	Negociação inicia fim do partido único
1989	China	Protestos e repressão em Pequim	Reforma econômica não se converte em pluralização política
1989	Alemanha	Muro de Berlim é aberto	Mobilização e mudança soviética aceleram reunificação
1989	Europa oriental	Regimes de partido único caem	Transições nacionais ocorrem sem intervenção soviética geral
1989	Afganistão	Retirada soviética concluída	Ocupação termina, conflito interno permanece
1989	Panamá	Intervenção norte-americana	Superioridade hemisférica é demonstrada
1990	Namíbia	Independência	Última grande tutela africana se encerra por acordo
1990	Alemanha	Reunificação	Soberania plena é negociada internacionalmente
1990	África do Sul	Mandela libertado e movimentos legalizados	Negociação substitui exclusão como horizonte estatal
1990	Golfo	Iraque invade Kuwait	Segurança coletiva e petróleo retornam ao centro
1991	Europa	Pacto de Varsóvia dissolvido	Instituição militar do bloco oriental deixa de existir
1991	Golfo	Coalizão expulsa Iraque do Kuwait	ONU e poder militar norte-americano convergem
1991	Iugoslávia	Federação começa a se desintegrar	Fim bipolar não impede nacionalismo e guerra
1991	União Soviética	Tentativa de golpe fracassa	Autoridade central perde capacidade decisiva
1991	Eurásia	União Soviética é dissolvida	Quinze Estados sucedem a federação e herdaram interdependências

Exercício: Escolha 1955, 1975 ou 1989. Para cada evento do ano, identifique uma conexão comprovada, uma comparação sem contato e uma consequência ainda aberta cinco anos depois.

Apêndice B. Quadros de coexistência

B.1 Instantâneo de 1945

Espaço	Formação	Capacidade central	Conexão	Questão
Estados Unidos	Potência continental e oceânica	Indústria, dólar e marinha	ONU e reconstrução	Liderança ou hegemonia?
União Soviética	Federação socialista e potência terrestre	Exército, partido e território	Ocupação europeia	Segurança ou império?
Europa ocidental	Estados e impérios enfraquecidos	Administração, colônias e mercados	Dívida e auxílio	Reconstruir e manter império?
Ásia	Império japonês desfeito e nacionalismos	Exércitos, partidos e populações	Ocupação e proclamações	Quem herdará soberania?
África e Caribe	Colônias e alguns Estados soberanos	Recursos, trabalho e redes	Metrópoles e diásporas	Reforma ou independência?

B.2 Instantâneo de 1955

Espaço	Formação	Transformação	Instrumento	Próxima disputa
Atlântico Norte	OTAN e economias em recuperação	Integração ocidental	Base, tratado e mercado	Rearmamento alemão
Bloco soviético	Estados de partido único e Comecon	Aliança formalizada	Planejamento e Pacto de Varsóvia	Autonomia dos aliados
China e Coreia	Estados revolucionários e divididos	Guerra encerrada por armistício	Partido, exército e ajuda	Taiwan e reconstrução
Sul e Sudeste Asiático	Novos Estados e guerras coloniais	Bandung e independências	Conferência, guerrilha e negociação	Desenvolvimento e fronteira
Impérios restantes	França, Grã-Bretanha, Portugal, Bélgica	Contestação crescente	Administração e força	Ritmo da retirada

B.3 Instantâneo de 1965

Espaço	Formação	Transformação	Instrumento	Risco
Estados Unidos e aliados	Sistema de bases e dólar	Escalada no Vietnã	Aliança, ajuda e intervenção	Sobre-extensão
União Soviética	Superpotência e bloco europeu	Estabilidade pós-1956	Pacto, Comecon e arsenal	Ruptura chinesa
China	Potência revolucionária autônoma	Disputa com Moscou	Partido, fronteira e solidariedade	Isolamento e crise interna
África independente	Estados, OUA e colônias restantes	Construção nacional	Partido, exército e diplomacia	Secessão e dependência
América Latina	Repúblicas, Cuba e novas ditaduras	Polarização hemisférica	Reforma, golpe e guerrilha	Autoritarismo e intervenção

B.4 Instantâneo de 1975

Espaço	Formação	Transformação	Instrumento	Futuro aberto
Estados Unidos	Hegemonia contestada	Saída do Vietnã e crise econômica	Dólar, alianças e mercado	Renovar liderança
União Soviética	Paridade estratégica ampliada	Détente e presença global	Arsenal, ajuda e aliados	Custo econômico
China	Estado socialista pós-Revolução Cultural	Aproximação com EUA	Diplomacia triangular	Reforma sucessória
Sul global	Não Alinhados, G77 e novos Estados	NIEO e descolonização portuguesa	ONU, recursos e nacionalização	Unidade econômica
África austral	Apartheid, Rodésia e guerras pós-coloniais	Libertação incompleta	Movimento, exército e sanção	Independência e maioria

B.5 Instantâneo de 1985

Espaço	Formação	Transformação	Instrumento	Próxima ruptura
Estados Unidos	Potência financeira e militar	Conservadorismo e rearmamento	Dólar, tecnologia e aliança	Dívida e custo externo
União Soviética	Federação e bloco em estagnação	Gorbachev inicia reforma	Partido, plano e negociação	Abrir sem desintegrar
China	Partido único com reforma de mercado	Crescimento costeiro	Zona especial e investimento	Desigualdade e participação
América Latina	Ditaduras em retirada e crise da dívida	Redemocratização	Eleição, FMI e movimento social	Autonomia econômica
África	Estados endividados e libertação austral	Ajuste e pressão antiapartheid	Empréstimo, sanção e organização	Soberania e desenvolvimento

B.6 Instantâneo de 1991

Espaço	Formação	Mudança central	Continuidade	Futuro aberto
Estados Unidos	Única superpotência militar	Coalizão no Golfo	OTAN, dólar e bases	Ordem unipolar?
Eurásia	Quinze Estados pós-soviéticos	Federação dissolvida	Economia, infraestrutura e arsenais	Fronteira e nacionalidade
Europa	Comunidade Europeia e transições orientais	Reunificação e fim do Pacto	Integração ocidental	Ampliação e desigualdade
China e Ásia	Reforma econômica e Estados desenvolvimentistas	Comércio acelerado	Partidos, alianças e disputas	Centro da economia mundial
Sul global	Estados soberanos, dívida e reformas	Fim de apoios bipolares	Fronteiras e instituições pós-coloniais	Democratização e dependência

B.7 Coexistência direta e comparação sem contato

Par	Tipo de relação	Canal	Evidência recomendada
Estados Unidos e União Soviética	Rivalidade, negociação e interdependência de risco	Tratado, crise, inteligência e cúpula	Arquivos nacionais, ONU e fontes dos aliados
Índia e Iugoslávia	Cooperação não alinhada	Conferência, comércio e diplomacia	Atas, discursos e correspondência bilateral
França e África francófona	Relação pós-colonial assimétrica	Moeda, base, empresa e assessor	Tratados, orçamento e arquivo africano
Cuba e Angola	Solidariedade, segurança e intervenção	Tropas, saúde, educação e diplomacia	Arquivos cubanos, angolanos e internacionais
Brasil e Coreia do Sul	Comparação sem governo comum	Industrialização, autoritarismo e transição	Estatística, legislação e movimentos sociais
Apartheid e Palestina	Comparação política debatida	Direito, território e mobilização	Definir mecanismo e evitar equivalência automática

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Formas de poder imperial e hegemônico

Forma	Instrumento central	Exemplo	Cuidado comparativo
Colônia formal	Administração e soberania externa	Angola portuguesa antes de 1975	Não confundir com mera influência
Ocupação	Força e autoridade temporária ou prolongada	Alemanha pós-1945, territórios pós-1967	Controle e reconhecimento podem divergir
Aliança assimétrica	Tratado, base e comando	EUA e aliados; URSS e Pacto	Aliado conserva agência desigual
Império informal	Crédito, empresa, sanção e intervenção	Relações hemisféricas e pós-coloniais	Demonstrar mecanismo, não só desigualdade
Federação hierárquica	Constituição, partido e centro fiscal	União Soviética em debate	Forma federal não prova nem nega império

C.2 Caminhos de descolonização

Caminho	Combinação	Caso	Limite da categoria
Negociação institucional	Eleição, conferência e transferência	Gana, Malásia	Pressão social e coerção continuam relevantes
Guerra e acordo	Movimento armado e diplomacia	Argélia, Indonésia	Atores internos não são bloco único
Colapso metropolitano	Revolução na metrópole e retirada	Império português	Transição rápida pode abrir guerra interna
Partição	Fronteira e Estados sucessores	Índia/Paquistão, Palestina em disputa	Partição não encerra cidadania e território
Tutela internacional	ONU, plebiscito e transição	Namíbia	Supervisão depende de poder dos membros

C.3 Regimes, desenvolvimento e participação

Regime	Base de legitimidade	Instrumento econômico	Limite político
Democracia social	Eleição, direito e bem-estar	Regulação, imposto e serviço	Exclusões sociais e imperiais
Estado desenvolvimentista	Crescimento, segurança e burocracia	Crédito, proteção e exportação	Autoritarismo ou desigualdade
Socialismo de partido	Revolução, emprego e igualdade	Plano e propriedade estatal	Monopólio político e escassez
Nacionalismo pós-colonial	Independência e unidade	Empresa estatal e projeto nacional	Região, partido e oposição
Ditadura anticomunista	Ordem, segurança e crescimento	Mercado dirigido ou liberalização	Repressão e legitimidade limitada

C.4 Segurança da evidência

Afirmação	Nível	Justificativa	Formulação recomendada
Superpotência ordenou todo resultado local	Incerto	Arquivo central não substitui atores locais	Identificar canal, parceiro e limite
Independência encerrou domínio colonial	Incerto	Controle econômico e territorial variou	Separar reconhecimento e capacidade
Não alinhado era neutro	Inadequado	Políticas mudavam por tema	Descrever decisão concreta
Tratado eliminou conflito	Incerto	Implementação e contestação continuam	Comparar texto, prática e fiscalização
1991 encerrou imperialismo	Inadequado	Hierarquias e territórios permaneceram	Tratar como ruptura da bipolaridade

C.5 Infraestrutura e poder

Infraestrutura	Uso econômico	Uso político-militar	Pergunta comparativa
Porto e canal	Comércio e receita	Base, bloqueio e projeção	Quem controla operação e tarifa?
Oleoduto	Energia e exportação	Segurança e sanção	Onde se distribui a renda?
Barragem	Eletricidade e irrigação	Prestígio e controle territorial	Quem é beneficiado ou deslocado?
Satélite	Comunicação e clima	Reconhecimento e comando	Dados são compartilhados?
Banco e moeda	Crédito e pagamento	Condicionalidade e sanção	Quem define regra e liquidez?

Regra de comparação: Semelhança de nome não prova equivalência. Para comparar colonialismo, hegemonia, socialismo, desenvolvimento ou democracia, identifique instituição, recurso, direitos, coerção, escala e possibilidade de contestação.

Apêndice D. Glossário essencial

Ajuda externa: Transferência de recursos, crédito, conhecimento ou equipamentos entre governos e instituições. Pode apoiar reconstrução e serviços, mas também criar dependência, condições políticas e vantagens para o doador.

Aliança assimétrica: Pacto entre membros com capacidades muito diferentes. O parceiro menor conserva governo e interesses próprios, embora enfrente custos maiores para recusar decisões do membro dominante.

Apartheid: Sistema jurídico e político de classificação racial, segregação territorial e exclusão da maioria, organizado pelo Estado sul-africano e desmantelado por negociação entre 1990 e 1994.

Apátrida: Pessoa que nenhum Estado reconhece como nacional segundo sua legislação. A condição limita documentos, mobilidade, participação e acesso regular a direitos.

Autodeterminação: Princípio segundo o qual povos devem decidir seu estatuto político. No pós-guerra, sua aplicação exigiu definir território, eleitorado, fronteira e relação entre independência e direitos internos.

Bandung: Conferência afro-asiática de 1955, realizada na Indonésia. Articulou anticolonialismo, cooperação e coexistência sem formar um bloco militar único.

Bipolaridade: Distribuição internacional de capacidades em torno de dois polos principais. O conceito ajuda a entender Estados Unidos e União Soviética, mas não elimina China, impérios europeus, potências regionais e atores locais.

Bloco: Conjunto de Estados ligados por alianças, instituições econômicas e afinidades políticas. Membros de um bloco podiam negociar, resistir ou divergir do líder.

Bretton Woods: Nome associado às instituições e regras monetárias negociadas em 1944, sobretudo Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Colonialismo de povoamento: Domínio em que colonos se estabelecem duradouramente e disputam terra, trabalho, cidadania e soberania com populações locais.

Condicionalidade: Exigência vinculada a empréstimo, auxílio, comércio ou reconhecimento. Seu peso depende das alternativas disponíveis e da capacidade de fiscalização.

Contenção: Estratégia norte-americana de limitar a expansão do poder soviético e de movimentos percebidos como aliados. Assumiu formas diplomáticas, econômicas e militares diferentes.

Contrainurgência: Conjunto de políticas políticas, militares, policiais e sociais contra movimentos armados internos. Deve ser estudado com atenção a comando, legislação, apoio externo e efeitos sobre civis, sem reduzir toda oposição a manipulação estrangeira.

Desclassificação: Abertura administrativa de documentos antes restritos. Um documento desclassificado continua sendo produto de uma instituição e precisa de crítica de autoria, finalidade, lacunas e circulação.

Descolonização: Processo pelo qual impérios formais perderam soberania sobre territórios e novos Estados foram reconhecidos. Inclui mobilização, negociação, conflito, partição e construção institucional.

Desenvolvimentismo: Família de projetos que atribui ao Estado papel ativo em industrialização, infraestrutura, crédito e transformação social. Variou entre democracias, regimes autoritários e governos socialistas.

Direitos humanos: Linguagem jurídica e política de direitos atribuídos às pessoas. Sua internacionalização cresceu depois de 1945, com aplicação seletiva e apropriação por movimentos sociais diversos.

Dissuasão: Tentativa de impedir uma ação ao tornar seu custo esperado inaceitável. Na era nuclear, dependeu de capacidade, comunicação, credibilidade e controle de escalada.

Détente: Distensão negociada entre adversários, especialmente entre as superpotências nos anos 1960 e 1970. Reduziu alguns riscos sem encerrar guerras regionais ou competição ideológica.

Estado desenvolvimentista: Estado com burocracias capazes de coordenar crédito, indústria, tecnologia e comércio em torno de metas de transformação econômica.

Federação: Arranjo em que competências são repartidas entre governo central e unidades constituintes. A autonomia escrita pode diferir da prática fiscal, partidária e militar.

Françafrique: Expressão crítica para redes políticas, militares, monetárias e empresariais que ligaram a França a antigas colônias africanas depois da independência.

Guerra civil: Conflito armado organizado dentro de um Estado ou entre projetos rivais de Estado. Apoio estrangeiro pode alterar seu curso sem apagar origens, alianças e objetivos locais.

Guerra Fria: Competição global, política, econômica, militar e cultural centrada nos Estados Unidos e na União Soviética, sem guerra direta total entre ambos, aproximadamente de 1947 a 1991.

Hegemonia: Capacidade de definir regras e obter cooperação combinando recursos, instituições, consentimento e coerção. Não equivale automaticamente a controle completo.

Império formal: Formação política que reivindica soberania jurídica sobre territórios e populações diferenciados, administrados de maneira hierárquica.

Império informal: Predomínio exercido sem anexação, por crédito, mercado, empresa, base, sanção, assessoramento, intervenção ou controle de infraestrutura.

Industrialização por substituição de importações: Estratégia de produzir internamente bens antes importados, usando tarifas, câmbio, crédito, compras públicas e empresas estatais.

Internacionalismo: Projeto de solidariedade e organização que atravessa fronteiras. Pode ser liberal, socialista, religioso, anticolonial, sindical ou de direitos humanos.

Movimento dos Não Alinhados: Coordenação de Estados que buscavam autonomia diante dos blocos e cooperação anticolonial. Não significava neutralidade permanente nem posições idênticas.

Nacionalização: Transferência de empresa, recurso ou serviço para propriedade pública. Seu efeito depende de gestão, compensação, tecnologia, mercado e distribuição da receita.

Neocolonialismo: Conceito político que descreve soberania formal acompanhada de controle externo decisivo. Exige demonstração de mecanismo e não deve servir como explicação automática para qualquer desigualdade.

Nova Ordem Econômica Internacional: Programa aprovado na ONU em 1974 para reformar comércio, finanças, recursos, tecnologia e poder decisório em favor de países em desenvolvimento.

Operação de paz: Missão internacional destinada a observar acordos, separar forças, apoiar transições ou proteger mandatos definidos. Escopo e legitimidade variam conforme autorização e prática.

Organização da Unidade Africana: Organização intergovernamental criada em 1963, antecessora da União Africana. Defendeu descolonização e integridade territorial, enfrentando divergências entre seus membros.

OTAN: Aliança criada em 1949 sob compromisso de defesa coletiva no Atlântico Norte. Tornou-se também estrutura de comando, padronização e presença militar norte-americana na Europa.

Pacto de Varsóvia: Aliança militar estabelecida em 1955 entre União Soviética e Estados socialistas europeus, dissolvida em 1991.

Pan-africanismo: Conjunto de projetos de solidariedade entre africanos e diásporas, voltado à libertação, unidade, direitos e cooperação continental.

Pan-arabismo: Projeto de unidade ou coordenação entre sociedades e Estados árabes. Competiu com interesses nacionais, monarquias, movimentos religiosos e rivalidades regionais.

Partição: Divisão de um território em unidades políticas distintas. Pode produzir Estados reconhecidos sem resolver cidadania, recursos, minorias e fronteiras.

Perestroika: Programa de reestruturação econômica e política associado a Mikhail Gorbachev. Ao tentar reformar o sistema soviético, alterou incentivos e relações entre centro e repúblicas.

Plano Marshall: Programa norte-americano de recuperação europeia iniciado em 1948. Forneceu recursos e favoreceu coordenação econômica no bloco ocidental.

Propaganda: Comunicação planejada para moldar percepções e condutas. Cartazes, filmes, rádio e exposições devem ser analisados como fontes de estratégia, público e recepção, não como espelho simples da opinião.

Refugiado: Pessoa que cruza fronteira por perseguição, conflito ou grave ameaça e necessita proteção internacional. Definições jurídicas variam no tempo e entre instituições.

Regime de tutela: Supervisão internacional de territórios considerados em transição para autogoverno ou independência, especialmente no sistema das Nações Unidas.

Revolução: Transformação rápida e disputada de governo, propriedade, hierarquia social e legitimidade. A palavra também é reivindicada por atores para definir seu próprio projeto.

Sanção: Restrição econômica, diplomática ou tecnológica usada para pressionar um alvo. Resultados dependem de coalizão, alternativas comerciais, desenho e efeitos sociais.

Soberania efetiva: Capacidade prática de decidir, tributar, administrar e aplicar políticas. Pode ser menor ou maior que o reconhecimento jurídico sugere.

Soberania jurídica: Reconhecimento formal de autoridade estatal e igualdade legal internacional, inclusive quando capacidades materiais são muito desiguais.

Sul global: Expressão relacional para países marcados por colonialismo, desigualdade internacional e agendas de desenvolvimento. Não designa bloco homogêneo nem apenas localização geográfica.

Terceiro Mundo: Termo histórico que, em muitos usos originais, indicava projeto político anticolonial e transformador, não simples escala de pobreza. Seu sentido varia conforme autor e data.

Tricontinental: Articulação política de movimentos da África, Ásia e América Latina, consolidada na conferência de Havana de 1966.

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, criada em 1964 como fórum de negociação, pesquisa e propostas para reduzir assimetrias econômicas.

Zona de influência: Área em que uma potência reivindica interesses especiais ou capacidade predominante. A expressão não prova obediência automática dos Estados situados nela.

Uso do glossário: Ao empregar um conceito em seu texto, indique o agente, o mecanismo, a escala, o período e uma evidência. Definição sem demonstração não substitui argumento histórico.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Protocolo de leitura em oito perguntas

1. Quem produziu a fonte e qual posição institucional ocupava?
2. Em que data e situação o documento foi preparado?
3. Para qual público circulou e qual efeito procurava produzir?
4. Quais palavras, categorias e silêncios organizam a interpretação?
5. O autor presenciou o acontecimento ou recebeu informação de terceiros?
6. Que interesses e limites de acesso afetaram o registro?
7. Qual fonte independente pode confirmar, corrigir ou contextualizar a afirmação?
8. O que o documento permite concluir, e o que permanece incerto?

E.2 Dossiê: uma petição ao sistema de tutela

Localize uma petição, ata ou relatório no acervo do Conselho de Tutela da ONU. Reconstrua a cadeia entre requerente, autoridade administradora e comissão internacional. Compare a linguagem dos direitos com a decisão efetiva. Produto: comentário de 800 palavras com identificação arquivística completa.

E.3 Dossiê: Bandung por mais de uma perspectiva

Escolha dois participantes da conferência de 1955, preferencialmente de regiões e regimes diferentes. Compare discursos, comunicado final e cobertura jornalística. Marque convergências sobre colonialismo e divergências sobre blocos, segurança ou economia. Produto: tabela de evidências e síntese de 1.000 palavras.

E.4 Dossiê: proclamação e capacidade estatal

Selecione uma independência entre 1945 e 1975. Leia proclamação, constituição inicial, orçamento e um relatório estrangeiro. Separe soberania jurídica, capacidade fiscal, controle territorial e reconhecimento. Produto: perfil analítico com quatro indicadores e uma conclusão cautelosa.

E.5 Dossiê: o que um tratado de base realmente permite

Examine um acordo de base, defesa ou estatuto de forças. Identifique duração, jurisdição, financiamento, acesso territorial e forma de denúncia. Compare texto e uso documentado. Produto: ficha de duas páginas e mapa esquemático, sempre indicando fonte e escala.

E.6 Dossiê: uma grande obra de desenvolvimento

Estude barragem, porto, usina, estrada ou projeto agrícola. Cruze estudo técnico, contrato financeiro, pronunciamento governamental e testemunho comunitário publicado por instituição confiável. Pergunte quem decidiu, financiou, recebeu benefícios e suportou custos. Produto: cadeia causal com incertezas explícitas.

E.7 Dossiê: operação secreta, arquivo aberto

Escolha uma intervenção já documentada por acervos públicos. Distinga proposta, autorização, execução, conhecimento local e consequência. Um memorando isolado não demonstra resultado. Produto: cronologia com pelo menos duas coleções nacionais ou internacionais independentes.

E.8 Dossiê: dívida, mercadoria e política

Escolha um país atingido pela crise da dívida dos anos 1980. Reúna preço de exportação, taxa de juros, balanço de pagamentos, acordo de empréstimo e orçamento. Explique como uma mudança externa percorreu instituições domésticas. Produto: gráfico simples, nota metodológica e análise de 1.200 palavras.

E.9 Dossiê: não alinhamento em uma votação concreta

Selecione resolução da Assembleia Geral da ONU. Compare voto e justificativa de cinco membros do Movimento dos Não Alinhados. Verifique relações econômicas e de segurança pertinentes. Produto: matriz que impeça tratar o movimento como posição única.

E.10 Dossiê: apartheid, legislação e resistência

Cruze texto legal, relatório administrativo, documento de movimento social e registro internacional. Analise como classificação, residência, educação, trabalho e participação política se conectavam. Produto: explicação institucional, informativa e sem exposição gráfica da violência.

E.11 Dossiê: uma transição de 1989

Escolha Polônia, Hungria, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Bulgária ou Romênia. Compare legislação, negociação política, mobilização social e posição soviética. Produto: resposta à pergunta “por que a mudança ocorreu naquele ritmo?” com hipóteses rivais.

E.12 Oficina de cronologia conectada

Monte três faixas paralelas: política doméstica, relações internacionais e economia. Marque apenas acontecimentos acompanhados de fonte. Use setas somente quando houver mecanismo demonstrável. Diferencie causa, condição, oportunidade e coincidência.

E.13 Oficina para blog histórico

Transforme um capítulo em série de quatro posts: conceito; caso; comparação; fontes e dúvidas. Cada post deve conter tese curta, contexto, duas evidências verificáveis, legenda autoral e lista de referências. Não copie parágrafos longos das fontes; resuma e atribua ideias específicas.

E.14 Pautas possíveis para uma série de blog

Pauta	Pergunta central	Fontes iniciais	Armadilha a evitar
1945 e o império	A nova ordem nasceu anticolonial?	ONU, arquivos imperiais, jornais	Confundir promessa com prática
Bandung	Havia uma voz afro-asiática única?	Comunicado, discursos, imprensa	Tratar participantes como bloco

Pauta	Pergunta central	Fontes iniciais	Armadilha a evitar
Suez	Quem venceu e em qual escala?	ONU, Reino Unido, Egito, EUA	Usar só desfecho militar
Congo	Como soberania e intervenção se cruzaram?	ONU, Bélgica, Congo, superpotências	Apagar atores congolezes
Não alinhamento	Autonomia era possível?	Votos, atas, acordos bilaterais	Equiparar não alinhamento a neutralidade
Dívida dos anos 1980	Como finanças limitaram escolhas?	FMI, banco central, orçamento	Explicar tudo por uma instituição
1989	Foi revolução, negociação ou colapso?	Arquivos nacionais, imprensa, Moscou	Criar causa única
1991	O que terminou e o que continuou?	tratados, constituições, dados	Chamar todo processo de ruptura total

E.15 Questões de revisão

1. Em que sentido 1945 foi simultaneamente ruptura e restauração?
2. Por que bipolaridade não significa que apenas dois Estados tinham agência?
3. Como alianças assimétricas diferem de colônias formais?
4. Quais fatores ajudam a explicar caminhos distintos de descolonização?
5. Por que partições continuaram produzindo disputas depois do reconhecimento?
6. O que Bandung tornou politicamente possível?
7. Como voto na ONU pode revelar autonomia sem provar independência completa?
8. Quais mecanismos ligavam ajuda externa e poder?
9. Como empresas, moedas e bases prolongaram relações pós-coloniais?
10. Por que desenvolvimento não pode ser medido apenas por crescimento agregado?
11. Como a ruptura sino-soviética altera o modelo de dois blocos?
12. O que a détente reduziu e o que não reduziu?
13. Como crises do petróleo e da dívida redistribuíram poder?
14. Por que a história da Guerra Fria precisa de arquivos de vários países?
15. Quais continuidades atravessaram 1989–1991?
16. Como escrever comparação sem transformar semelhança em equivalência?

E.16 Rubrica de avaliação

Critério	Excelente	Satisfatório	Precisa revisão
Tese	Responde à pergunta e admite limites	Responde, mas é ampla	Apenas descreve o tema

Critério	Excelente	Satisfatório	Precisa revisão
Evidência	Cruza fontes independentes e identifica arquivo	Usa fontes pertinentes	Cita sem analisar origem
Causalidade	Expõe mecanismo e hipótese rival	Indica relação plausível	Confunde sequência e causa
Comparação	Mantém contexto e critério comum	Mostra semelhanças e diferenças	Igualação superficial
Redação	Autoral, clara e atribuída	Clara com pequenas imprecisões	Copia ou omite referências

Integridade acadêmica e editorial: Registre referência e página durante a pesquisa. Resuma com palavras próprias, use aspas apenas para trechos curtos indispensáveis e verifique licenças antes de publicar imagem, mapa, filme ou fac-símile em blog.

Bibliografia comentada

Visões globais da Guerra Fria

- WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge University Press, 2005. Síntese decisiva para compreender como projetos das superpotências se encontraram com revoluções e Estados do Sul global.
- WESTAD, Odd Arne. *The Cold War: A World History*. Basic Books, 2017. Narrativa global de longa duração que conecta ideologia, geopolítica, economia e experiências regionais.
- LEFFLER, Melvyn P. *For the Soul of Mankind: The United States, the Soviet Union, and the Cold War*. Hill and Wang, 2007. Reconstrói escolhas de dirigentes sem supor que o desfecho era inevitável.
- LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (org.). *The Cambridge History of the Cold War*. 3 v. Cambridge University Press, 2010. Obra coletiva de referência; os capítulos permitem comparar interpretações por tema e período.
- GADDIS, John Lewis. *We Now Know: Rethinking Cold War History*. Oxford University Press, 1997. Marco da primeira historiografia apoiada em arquivos do antigo bloco soviético; deve ser lido em contraste com abordagens globais e pós-coloniais.
- GADDIS, John Lewis. *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War*. Revised and Expanded Edition. Oxford University Press, 2005. Compara estratégias norte-americanas de contenção de Truman a Reagan.
- LUNDESTAD, Geir. *The United States and Western Europe since 1945: From "Empire" by Invitation to Transatlantic Drift*. Oxford University Press, 2003. Analisa aliança, dependência, cooperação e conflito na relação transatlântica ao longo da Guerra Fria.
- DE GRAZIA, Victoria. *Irresistible Empire: America's Advance through Twentieth-Century Europe*. Belknap Press of Harvard University Press, 2006. Examina poder econômico, consumo, padrões empresariais e atração cultural norte-americana na Europa.
- HOPKINS, Michael F. *The Cold War*. Manchester University Press, 2011. Introdução compacta à formação, transformação e encerramento do conflito.
- ENGERMAN, David C. et al. (org.). *Staging Growth: Modernization, Development, and the Global Cold War*. University of Massachusetts Press, 2003. Ensaio sobre desenvolvimento como conhecimento, política e instrumento de competição.
- GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. Johns Hopkins University Press, 2003. História intelectual da teoria da modernização e de sua relação com poder norte-americano.
- LÜTHI, Lorenz M. *Cold Wars: Asia, the Middle East, Europe*. Cambridge University Press, 2020. Mostra que conflitos regionais tinham temporalidades próprias e conexões além da rivalidade bilateral.

Descolonização, soberania e Terceiro Mundo

- COOPER, Frederick. *Africa since 1940: The Past of the Present*. Cambridge University Press, 2002. Explica descolonização, cidadania, trabalho e limites institucionais de Estados africanos.
- COOPER, Frederick. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. University of California Press, 2005. Discute como usar conceitos coloniais e pós-coloniais sem apagar variações históricas.
- OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON, Niels P. *Globalization: A Short History*. Princeton University Press, 2005. Síntese concisa de longa duração que ajuda a situar 1945-1991 dentro de processos globais anteriores e posteriores.
- DARWIN, John. *Britain and Decolonisation: The Retreat from Empire in the Post-War World*. Macmillan, 1988. Estudo clássico sobre escolhas britânicas, pressões locais e restrições internacionais.
- SHIPWAY, Martin. *Decolonization and Its Impact: A Comparative Approach to the End of the Colonial Empires*. Blackwell, 2008. Comparação sistemática de impérios e caminhos de transferência de poder.
- BETTS, Raymond F. *Decolonization*. Routledge, 2004. Introdução temática a nacionalismo, cultura, economia e formação estatal.
- SPRINGHALL, John. *Decolonization since 1945: The Collapse of European Overseas Empires*. Palgrave Macmillan, 2001. Síntese útil para cronologia e comparação entre metrópoles.
- GETACHEW, Adom. *Worldmaking after Empire: The Rise and Fall of Self-Determination*. Princeton University Press, 2019. Recupera projetos anticoloniais de federação, igualdade e transformação da ordem mundial.
- PRAKASH, Gyan; BURTON, Antoinette; BALLANTYNE, Tony (org.). *After the Imperial Turn: Thinking with and through the Nation*. Duke University Press, 2003. Debate categorias usadas para narrar império, nação e pós-colonialidade.
- PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New Press, 2007. Narrativa engajada do projeto terceiro-mundista; produtiva quando confrontada com monografias e arquivos.

LEE, Christopher J. (org.). *Making a World after Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio University Press, 2010. Coletânea sobre Bandung, solidariedades afro-asiáticas e seus legados.

BYRNE, Jeffrey James. *Mecca of Revolution: Algeria, Decolonization, and the Third World Order*. Oxford University Press, 2016. Mostra a Argélia como centro diplomático e revolucionário transnacional.

RAKOVE, Robert B. *Kennedy, Johnson, and the Nonaligned World*. Cambridge University Press, 2012. Analisa tentativas norte-americanas de compreender e influenciar países não alinhados.

ONU, ordem mundial e economia política

MAZOWER, Mark. *No Enchanted Palace: The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations*. Princeton University Press, 2009. Situa a ONU entre ideias imperiais, internacionalismo e autodeterminação.

MAZOWER, Mark. *Governing the World: The History of an Idea*. Penguin, 2012. História de instituições internacionais e projetos rivais de governo mundial.

KENNEDY, Paul. *The Parliament of Man: The Past, Present, and Future of the United Nations*. Random House, 2006. História institucional da ONU, útil para comparar expectativas universalistas, veto, segurança coletiva e expansão da membresia.

BORGWARDT, Elizabeth. *A New Deal for the World: America's Vision for Human Rights*. Harvard University Press, 2005. Relaciona New Deal, direitos humanos e desenho institucional da ordem internacional do pós-guerra.

HELLEINER, Eric. *Forgotten Foundations of Bretton Woods*. Cornell University Press, 2014. Demonstra a presença de debates sobre desenvolvimento e autonomia no desenho monetário do pós-guerra.

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance*. Cornell University Press, 1994. Explica politicamente a liberalização financeira do final do século XX.

STAPLES, Amy L. S. *The Birth of Development: How the World Bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization Changed the World, 1945–1965*. Kent State University Press, 2006. História institucional do desenvolvimento multilateral.

UNGER, Corinna R. *International Development: A Postwar History*. Bloomsbury, 2018. Síntese equilibrada de ideias, instituições, especialistas e críticas.

ENGERMAN, David C. *The Price of Aid: The Economic Cold War in India*. Harvard University Press, 2018. Estudo minucioso de ajuda, planejamento e negociação indiana com ambos os blocos.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press, 1995. Crítica influente do desenvolvimento como discurso; convém cotejar com estudos institucionais e locais.

RIST, Gilbert. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Zed Books, 2008. Genealogia crítica das promessas e categorias do desenvolvimento.

EICHENGREEN, Barry. *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton University Press, 2008. Guia para entender câmbio, reservas, Bretton Woods e liberalização financeira.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Harvard University Press, 2018. Interpreta instituições econômicas como proteção supranacional de mercados durante a descolonização.

WEBER, Isabella M. *How China Escaped Shock Therapy*. Routledge, 2021. Reconstrói debates chineses sobre reforma gradual e liberalização de preços.

União Soviética e Europa

JUDT, Tony. *Postwar: A History of Europe since 1945*. Penguin Press, 2005. Grande síntese de reconstrução, bem-estar, bloco socialista, memória e integração europeia.

DEIGHTON, Anne. *The Impossible Peace: Britain, the Division of Germany and the Origins of the Cold War*. Oxford University Press, 1990. Explica como a questão alemã estruturou a divisão europeia.

LEFFLER, Melvyn P. *A Preponderance of Power: National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford University Press, 1992. Estudo clássico sobre segurança nacional, reconstrução econômica e formação da estratégia norte-americana no início da Guerra Fria.

LUNDESTAD, Geir. "Empire by Invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952." *Journal of Peace Research*, v. 23, n. 3, 1986, p. 263-277. Formula a tese de "império por convite" e explicita agência europeia dentro de uma relação profundamente assimétrica.

ZUBOK, Vladislav M. *A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. University of North Carolina Press, 2007. Interpretação centrada em ideias, segurança e decisões soviéticas.

- BROWN, Archie. *The Gorbachev Factor*. Oxford University Press, 1996. Avalia liderança, reformas e efeitos não planejados da mudança soviética.
- PLOKHY, Serhii. *The Last Empire: The Final Days of the Soviet Union*. Basic Books, 2014. Reconstitui negociações e conflitos políticos de 1991, com atenção a repúblicas e atores norte-americanos.
- SAROTTE, M. E. *1989: The Struggle to Create Post-Cold War Europe*. Princeton University Press, 2009. Mostra as alternativas abertas entre a queda do Muro e a reunificação alemã.
- SAROTTE, M. E. *Not One Inch: America, Russia, and the Making of Post-Cold War Stalemate*. Yale University Press, 2021. Usa documentação multinacional para reconstruir negociações de 1989-1991 e os debates posteriores sobre segurança europeia e expansão da OTAN.
- KENNEY, Padraic. *A Carnival of Revolution: Central Europe 1989*. Princeton University Press, 2002. Enfatiza movimentos sociais, repertórios de protesto e circulação regional.
- KRAMER, Mark. "The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings." *Journal of Contemporary History*, v. 33, n. 2, 1998, p. 163-214. Pesquisa de arquivo sobre decisão soviética, reforma, coerção e limites da autonomia no bloco.
- KOTKIN, Stephen. *Armageddon Averted: The Soviet Collapse, 1970–2000*. Oxford University Press, 2001. Síntese interpretativa sobre estagnação, reforma e desintegração relativamente negociada.

Ásia

- CHEN, Jian. *Mao's China and the Cold War*. University of North Carolina Press, 2001. Integra segurança, revolução e política doméstica chinesa em várias crises asiáticas.
- DOWER, John W. *Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II*. W. W. Norton, 1999. Estudo social e político da ocupação e reconstrução japonesa.
- CUMINGS, Bruce. *The Korean War: A History*. Modern Library, 2010. Interpretação sintética que recoloca colonização japonesa, divisão e política coreana no centro.
- WESTAD, Odd Arne. *Restless Empire: China and the World since 1750*. Basic Books, 2012. Longa duração das relações externas chinesas, útil para evitar tratar 1949 como começo absoluto.
- KHILNANI, Sunil. *The Idea of India*. Farrar, Straus and Giroux, 1997. Ensaio histórico sobre democracia, Estado e diversidade indiana.
- JALAL, Ayesha. *The State of Martial Rule: The Origins of Pakistan's Political Economy of Defence*. Cambridge University Press, 1990. Relaciona partição, segurança e construção institucional paquistanesa.
- KHAN, Yasmin. *The Great Partition: The Making of India and Pakistan*. Yale University Press, 2007. História social da partição e de suas consequências políticas e humanas, apresentada com rigor contextual.
- RAGHAVAN, Srinath. *1971: A Global History of the Creation of Bangladesh*. Harvard University Press, 2013. Conecta guerra, crise regional, diplomacia das superpotências e independência.
- GOSCHA, Christopher. *Vietnam: A New History*. Basic Books, 2016. Síntese de longa duração que inclui atores vietnamitas rivais, império e Guerra Fria.
- LOGEVALL, Fredrik. *Embers of War: The Fall of an Empire and the Making of America's Vietnam*. Random House, 2012. Examina a passagem da guerra colonial francesa para o envolvimento norte-americano.
- McMAHON, Robert J. *Colonialism and Cold War: The United States and the Struggle for Indonesian Independence, 1945–49*. Cornell University Press, 1981. Estudo clássico sobre a interação entre anticolonialismo e prioridades estratégicas.
- ROOSA, John. *Pretext for Mass Murder: The September 30th Movement and Suharto's Coup d'État in Indonesia*. University of Wisconsin Press, 2006. Investigação documental sobre a tomada de poder na Indonésia; o tratamento deve permanecer histórico, sóbrio e não gráfico.
- SIMPSON, Bradley R. *Economists with Guns: Authoritarian Development and U.S.–Indonesian Relations, 1960–1968*. Stanford University Press, 2008. Relaciona desenvolvimento, autoritarismo e apoio externo.

Oriente Médio e norte da África

- GELVIN, James L. *The Modern Middle East: A History*. Oxford University Press, 2020. Síntese acessível sobre Estado, nacionalismo, economia e conflito regional.
- KHALIDI, Rashid. *The Hundred Years' War on Palestine*. Metropolitan Books, 2020. Interpretação palestina de colonialismo e conflito; deve ser lida com outras pesquisas e fontes de posições distintas.

THOMPSON, Elizabeth F. *Justice Interrupted: The Struggle for Constitutional Government in the Middle East*. Harvard University Press, 2013. Recupera movimentos constitucionais e alternativas políticas anteriores e posteriores à independência.

McDOUGALL, James. *A History of Algeria*. Cambridge University Press, 2017. História de longa duração de colonialismo, libertação e Estado pós-colonial.

ROGAN, Eugene. *The Arabs: A History*. Basic Books, 2009. Síntese regional que articula império, nacionalismo e política internacional.

GASIOROWSKI, Mark J.; BYRNE, Malcolm (org.). *Mohammad Mosaddeq and the 1953 Coup in Iran*. Syracuse University Press, 2004. Ensaio e documentos sobre petróleo, política iraniana e intervenção externa.

África subsaariana e África austral

ILIFFE, John. *Africans: The History of a Continent*. Cambridge University Press, 2007. Síntese continental de longa duração, útil para situar 1945-1991 sem começar pela presença europeia.

YOUNG, Crawford. *The African Colonial State in Comparative Perspective*. Yale University Press, 1994. Compara instituições coloniais e legados administrativos.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton University Press, 1996. Tese influente sobre cidadania urbana e autoridade rural; pede teste em casos concretos.

DUBOW, Saul. *Apartheid, 1948-1994*. Oxford University Press, 2014. Síntese institucional e intelectual do sistema e de seu desmonte.

LODGE, Tom. *Black Politics in South Africa since 1945*. Longman, 1983. História dos movimentos, organizações e estratégias de oposição.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. University of North Carolina Press, 2002. Pesquisa multinacional sobre Cuba, Estados Unidos e conflitos africanos.

GLEIJESES, Piero. *Visions of Freedom: Havana, Washington, Pretoria, and the Struggle for Southern Africa, 1976-1991*. University of North Carolina Press, 2013. Reconstrói diplomacia e guerra na África austral por arquivos de vários países.

ONSLow, Sue (org.). *Cold War in Southern Africa: White Power, Black Liberation*. Routledge, 2009. Ensaio sobre regimes de minoria, libertação e rivalidade internacional.

NKRUMAH, Kwame. *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. Thomas Nelson, 1965. Fonte política primária e formulação clássica; analisar contexto, objetivo e exemplos, não usar como veredicto automático.

UNESCO. *General History of Africa, v. VIII: Africa since 1935*. UNESCO, 1993. Obra coletiva com participação ampla de especialistas africanos e perspectiva continental.

América Latina e Caribe

GRANDIN, Greg. *Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism*. Metropolitan Books, 2006. Ensaio interpretativo sobre intervenções e repertórios de poder hemisférico.

GRANDIN, Greg. *The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War*. University of Chicago Press, 2004. Investiga Guatemala e a Guerra Fria latino-americana a partir de terra, mobilização social, violência estatal e memória.

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. University of North Carolina Press, 2011. História multinacional que recoloca Chile, Cuba, Brasil e outros atores latino-americanos na análise.

GREEN, James N. *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States*. Duke University Press, 2010. Estudo de redes transnacionais, exílio, direitos e pressão pública.

BRANDS, Hal. *Latin America's Cold War*. Harvard University Press, 2010. Síntese regional centrada na interação entre conflito doméstico e internacional.

RABE, Stephen G. *The Killing Zone: The United States Wages Cold War in Latin America*. Oxford University Press, 2012. Interpretação crítica da política norte-americana; o título é bibliográfico e o conteúdo deve ser tratado sem descrição gráfica.

SKIDMORE, Thomas E. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85*. Oxford University Press, 1988. Estudo clássico de instituições, economia e liberalização política no Brasil.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Contexto, 2014. Síntese brasileira apoiada em historiografia recente e adequada como ponto de partida.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Civilização Brasileira, 2008. Investiga relações Brasil-Estados Unidos e documentação diplomática.

Nuclear, ciência, ambiente e cultura

- FREEDMAN, Lawrence. *The Evolution of Nuclear Strategy*. Palgrave Macmillan, 2003. Referência sobre doutrinas, dissuasão e controle de armas.
- HOLLOWAY, David. *Stalin and the Bomb: The Soviet Union and Atomic Energy, 1939–1956*. Yale University Press, 1994. História política e científica do programa soviético.
- HECHT, Gabrielle. *Being Nuclear: Africans and the Global Uranium Trade*. MIT Press, 2012. Mostra como classificação, trabalho e comércio definem o que conta como nuclear.
- McDOUGALL, Walter A. *The Heavens and the Earth: A Political History of the Space Age*. Basic Books, 1985. Interpreta corrida espacial como organização estatal, prestígio e competição tecnológica.
- GIENOW-HECHT, Jessica C. E.; SCHUMACHER, Frank (org.). *Culture and International History*. Berghahn Books, 2003. Ferramentas para estudar música, exposições, educação e circulação cultural sem reduzir cultura a propaganda oficial.
- CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. Cambridge University Press, 2008. História institucional da diplomacia pública norte-americana.
- MCNEILL, J. R.; UNGER, Corinna R. (org.). *Environmental Histories of the Cold War*. Cambridge University Press, 2010. Integra recursos, bases, tecnologia, poluição e transformações ambientais à história internacional.

Método, arquivo e escrita histórica

- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Zahar, várias edições. Introdução clássica à pergunta histórica, crítica documental e comparação.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Beacon Press, 1995. Analisa como poder e silêncio atravessam produção, preservação e narrativa das fontes.
- HOWELL, Martha C.; PREVENIER, Walter. *From Reliable Sources: An Introduction to Historical Methods*. Cornell University Press, 2001. Manual claro de crítica, inferência e tipos documentais.
- JORDANOVA, Ludmilla. *History in Practice*. Bloomsbury, 2019. Discute arquivos, objetos, imagens, ética, público e escrita profissional da história.
- BURKE, Peter. *Eyewitnessing: The Uses of Images as Historical Evidence*. Cornell University Press, 2001. Guia para crítica de fotografia, pintura, filme e outras imagens.

Estratégia de leitura: Comece por uma síntese global, acrescente uma monografia regional e termine com fonte primária. Registre concordâncias, divergências, arquivos usados e perguntas que cada obra deixa sem resposta.

Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios

Os endereços abaixo conduzem preferencialmente a arquivos públicos, universidades, museus, organismos internacionais e projetos editoriais especializados. A presença na lista indica utilidade para pesquisa, não concordância automática com a interpretação do produtor. Consulte termos de uso antes de republicar imagens ou filmes.

Nações Unidas, descolonização e direito internacional

[Biblioteca Digital das Nações Unidas](#)

[ONU — portal de descolonização](#)

[ONU — digitalização do Conselho de Tutela](#)

[ONU — coleção de tratados](#)

[ONU — Yearbook of the United Nations](#)

[ONU — acervo sobre a questão da Palestina](#)

[ONU — documentos sobre a questão da Palestina](#)

[UNRWA — arquivo de fotografias e filmes](#)

[UNHCR — arquivos e registros históricos](#)

[Tribunal Internacional de Justiça — casos](#)

[Biblioteca Audiovisual de Direito Internacional da ONU](#)

[Dag Hammarskjöld Library — guias de pesquisa](#)

Arquivos diplomáticos e de segurança internacional

[Office of the Historian — Foreign Relations of the United States](#)

[Office of the Historian — descolonização da Ásia e África](#)

[Office of the Historian — Conferência de Bandung](#)

[Office of the Historian — descolonização do Congo](#)

[Office of the Historian — Angola, 1974-1975](#)

[Office of the Historian — NSC-68](#)

[Office of the Historian — George Kennan e contenção](#)

[National Archives dos EUA — Guerra Fria](#)

[National Archives dos EUA — guia de registros da Guerra Fria](#)

[National Archives dos EUA — política externa](#)

[National Archives dos EUA — Guerra da Coreia para educação](#)

[Wilson Center Digital Archive](#)

[Cold War International History Project](#)

[National Security Archive](#)

[National Security Archive — documentos da Guerra Fria](#)

[NATO Archives Online](#)

[CIA Freedom of Information Reading Room](#)

[UK National Archives — Cold War on File](#)

[UK National Archives — Discovery catalogue](#)

[CVCE — integração europeia e Guerra Fria](#)

[Arquivo Histórico da União Europeia](#)

Economia, desenvolvimento, comércio e energia

[Arquivos do Fundo Monetário Internacional](#)

[Catálogo dos arquivos do FMI](#)

[World Bank Group Archives Holdings](#)

[World Bank — documentos e relatórios](#)

[UNCTAD — portal institucional](#)

[ONU — Declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional](#)

[Organização Internacional do Trabalho — Labordoc](#)

[Organização Mundial do Comércio — documentos do GATT](#)

[OECD Archives](#)

[OPEC — biblioteca e publicações](#)

[Banco de Compensações Internacionais — arquivo](#)

[IAEA — arquivos históricos](#)

[FAO — catálogo de documentos](#)

África e África austral

[UNESCO — História Geral da África](#)

[UNESCO — História Geral da África, volume VIII](#)

[South African History Online](#)

[South African History Online — arquivo digital](#)

[Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul](#)

[Relatório final da Comissão da Verdade — volume 2](#)

[Nelson Mandela Foundation — archive](#)

[Digital Innovation South Africa](#)

[African Activist Archive](#)

[Arquivos Nacionais do Reino Unido — independência de Gana](#)

[Endangered Archives Programme — África](#)

[Arquivo da Organização da Unidade Africana — guia UNESCO](#)

Ásia e Pacífico

[National Archives of India](#)

[Nehru Archive](#)

[Gandhi Heritage Portal](#)

[National Archives of Singapore — Access to Archives Online](#)

[Vietnam Center and Sam Johnson Vietnam Archive](#)

[Digital Archive of Japan's 1945 Surrender Documents](#)

[Japan Center for Asian Historical Records](#)

[National Diet Library — digital collections](#)

[National Archives of Australia — RecordSearch](#)

[Australian War Memorial — collection](#)

[Korean History Database](#)

[United Nations — documentos sobre Timor-Leste](#)

Oriente Médio e norte da África

[Qatar Digital Library](#)

[Moshe Dayan Center — Middle East News Brief](#)

[Avalon Project — documentos do Oriente Médio](#)

[British Library — Endangered Archives Programme](#)

[Institut national de l'audiovisuel — acervo](#)

[Archives diplomatiques da França](#)

[Bibliothèque nationale de France — Gallica](#)

[Biblioteca de Alexandria — coleção digital](#)

América Latina, Caribe e Brasil

[Comissão Nacional da Verdade — Brasil](#)

[Memórias Reveladas — Arquivo Nacional do Brasil](#)

[SIAN — Sistema de Informações do Arquivo Nacional](#)

[Hemeroteca Digital Brasileira](#)

[CPDOC/FGV](#)

[Brasil: Nunca Mais Digital](#)

[Biblioteca Digital da Fundação Getulio Vargas](#)

[Arquivo Público do Estado de São Paulo — acervo](#)

[Digital National Security Archive — Latin America](#)

[Biblioteca Digital do Caribe](#)

[Latin American Network Information Center](#)

[Coleção de documentos da CEPAL](#)

Ciência, espaço, nuclear e ambiente

[NASA History Office](#)

[NASA Technical Reports Server](#)

[Atomic Heritage Foundation](#)

[National Security Archive — Nuclear Vault](#)

[International Nuclear Information System](#)

[NOAA Central Library — coleções históricas](#)

[United Nations Environment Programme — história](#)

[Rachel Carson Center — Environment & Society Portal](#)

Cursos, aulas e formação metodológica

[Yale Open Courses — European Civilization, 1945–present](#)

[Yale Open Courses — The American Novel Since 1945](#)

[MIT OpenCourseWare — History](#)

[OpenLearn — history courses](#)

[Khan Academy — World History Project](#)

[Library of Congress — Using Primary Sources](#)

[National Archives — DocsTeach](#)

[UNESCO — Memory of the World](#)

Filmes, áudio, história oral e documentários

[Imperial War Museums — filmes](#)

[Imperial War Museums — história oral](#)

[British Pathé — arquivo histórico](#)

[National Film Board of Canada — acervo](#)

[Library of Congress — National Screening Room](#)

[United Nations Audiovisual Library](#)

[NATO Multimedia — arquivos](#)

[Europeana — fotografias, filmes e documentos](#)

[C-SPAN Video Library — Cold War](#)

[American Archive of Public Broadcasting](#)

[Witness to Apartheid — PBS LearningMedia](#)

[Shoah Foundation Visual History Archive — acesso e coleções](#)

Verificação de documentário: Antes de confiar em um filme, identifique produtor, data, consultoria histórica, origem das imagens, edição de entrevistas e bibliografia. Documentário é interpretação audiovisual, não janela transparente para o passado.

Roteiro de estudo em oito semanas

O roteiro combina síntese, comparação, fonte primária e produção autoral. Uma carga realista é de quatro a seis horas por semana. Se houver menos tempo, preserve a ordem e divida cada semana em duas.

Semana 1 — 1945, conceitos e mapa da ordem mundial

Leia a apresentação e os capítulos 1 e 2. Marque em mapa as possessões coloniais ainda existentes, os principais Estados soberanos e as ocupações do pós-guerra. Escolha uma síntese global da bibliografia e leia introdução e conclusão.

Produto: definição operacional, com exemplo e limite, para império formal, império informal, hegemonia, soberania jurídica e soberania efetiva.

Semana 2 — Formação dos blocos e divisões asiáticas

Leia os capítulos 3 e 4. Compare documento norte-americano de contenção, fonte soviética disponível no Wilson Center e registro de um aliado europeu ou asiático. Separe objetivo declarado de capacidade real.

Produto: cronologia 1945–1955 com três faixas — Europa, Ásia e instituições globais — e cinco conexões explicadas.

Semana 3 — Descolonização na Ásia e no Oriente Médio

Leia os capítulos 5, 6 e 7. Escolha dois casos: um com transferência negociada e outro com guerra ou partição. Use ao menos uma fonte do novo Estado, não apenas da antiga metrópole.

Produto: ensaio comparativo de 1.200 palavras respondendo por que a independência jurídica produziu capacidades diferentes.

Semana 4 — África, Bandung e não alinhamento

Leia os capítulos 8 e 9. Consulte a História Geral da África da UNESCO, um documento da ONU e uma fonte de Bandung ou do Movimento dos Não Alinhados. Observe diferenças entre países africanos.

Produto: matriz de posição de seis Estados em colonialismo, segurança, desenvolvimento e relação com os blocos.

Semana 5 — América Latina, desenvolvimento e economia mundial

Leia os capítulos 10 e 11. Escolha um país latino-americano e conecte orçamento, comércio, auxílio ou crédito a uma mudança política. Não atribua resultado doméstico a uma potência sem identificar canal e parceiro local.

Produto: post de blog de 1.000 a 1.400 palavras, com título informativo, tese, subtítulos, duas fontes primárias e três referências acadêmicas.

Semana 6 — Nuclear, ciência, cultura e Europa dividida

Leia os capítulos 12 e 13. Compare programa espacial, energia, radiodifusão ou exposição cultural em dois sistemas. Em seguida, escolha uma crise europeia e identifique ação local, decisão do centro e limite institucional.

Produto: análise de uma imagem, filme curto, cartaz ou transmissão, verificando autoria, edição, público e licença de reprodução.

Semana 7 — Sistemas de poder e crises dos anos 1970–1980

Leia os capítulos 14, 15 e 16. Use as matrizes do Apêndice C para comparar sistema norte-americano, relações soviéticas e uma rede pós-colonial. Acrescente petróleo, dívida ou tecnologia como infraestrutura de poder.

Produto: quadro com três mecanismos de coerção, três de negociação e três formas de agência dos parceiros menores.

Semana 8 — 1989–1991, síntese e publicação

Leia o capítulo 17, a cronologia e os quadros de coexistência. Escolha uma continuidade e uma ruptura entre 1985 e 1991. Releia todas as anotações e elimine afirmações que não tenham mecanismo ou evidência.

Produto: artigo final de 2.000 a 2.500 palavras, acompanhado de bibliografia, nota metodológica e caixa lateral “o que ainda não sabemos”.

Método semanal em cinco movimentos

Etapa	Tempo sugerido	Ação	Registro
Orientar	30 min	Ler sumário, perguntas e cronologia	Três questões próprias
Compreender	90 min	Ler síntese e capítulo	Fichamento por argumento
Verificar	90 min	Examinar fontes primárias	Metadados e crítica
Comparar	60 min	Aplicar critério comum a dois casos	Matriz ou linha do tempo
Produzir	60 min	Escrever conclusão autoral	Tese, evidência e limite

Checklist final de estudo

1. Consigo explicar a diferença entre colônia, ocupação, aliança assimétrica e hegemonia?
2. Consigo localizar o caso em cronologia mundial e regional?
3. Identifiquei quem produziu cada fonte e para quem?
4. Cruzei ao menos duas instituições ou perspectivas nacionais?
5. Separei reconhecimento jurídico de capacidade efetiva?
6. Demonstrei o canal de influência externa?
7. Mantive agência de partidos, movimentos, trabalhadores, comunidades e governos locais?
8. Evitei tratar Estados Unidos, União Soviética, China, África ou Terceiro Mundo como blocos homogêneos?
9. Diferenciei causa, condição, oportunidade e consequência?
10. Testei uma explicação alternativa?
11. Indiquei o nível de certeza das afirmações?
12. Usei palavras próprias e atribuí ideias específicas?
13. Verifiquei licença de imagem, mapa, áudio e filme antes de publicar?
14. Revisei nomes, datas, fronteiras e links?

Critério de conclusão: Estudo histórico maduro não é acumular datas. É construir uma resposta verificável, mostrar como se chegou a ela e indicar com honestidade o que as fontes ainda não permitem afirmar.

Encerramento e ponte para o Volume 14

Entre 1945 e 1991, a maior parte dos impérios coloniais europeus perdeu soberania formal, dezenas de Estados ingressaram na ordem internacional e linguagens de autodeterminação adquiriram força jurídica. A mesma época organizou uma competição bipolar capaz de atravessar bases, alianças, crédito, tecnologia, cultura e conflitos regionais. Descolonização e Guerra Fria não foram histórias paralelas: encontraram-se em governos, movimentos e sociedades que buscavam transformar independência reconhecida em capacidade efetiva.

O período não cabe em uma narrativa na qual superpotências comandam e os demais apenas respondem. Índia, China, Egito, Argélia, Cuba, Iugoslávia, Indonésia, Gana, Tanzânia e muitos outros atores tentaram modificar regras, aproveitar rivalidades ou recusar alinhamentos. Mesmo parceiros dependentes negociaram. Ao mesmo tempo, autonomia teve custos: escassez fiscal, fronteiras herdadas, guerras, dívida, tecnologias controladas e instituições internas desiguais limitaram escolhas.

Também não basta substituir uma história de impérios por uma história de Estados nacionais. Moedas, empresas, corredores de transporte, cadeias de recursos, bases e arquivos mostram relações que sobreviveram às bandeiras. Soberania tornou-se universal como norma, porém continuou desigual como capacidade. O conceito de “novos imperialismos” é mais útil quando identifica um mecanismo verificável — e menos útil quando vira nome genérico para toda assimetria.

O fim do bloco soviético encerrou a bipolaridade institucional, mas não produziu mundo sem impérios, hierarquias ou disputas territoriais. A integração econômica acelerou-se; finanças e informação ganharam alcance; alianças ocidentais permaneceram; novos Estados enfrentaram fronteiras e infraestruturas herdadas; a China combinou governo de partido único e abertura de mercado. A Guerra do Golfo indicou como legitimidade multilateral e superioridade militar norte-americana poderiam convergir.

O próximo volume parte exatamente dessa passagem. Seu título será: Volume 14 — Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades (c. 1991–2026). Ele examinará a promessa de uma ordem liberal universal, as guerras e intervenções do pós-Guerra Fria, a expansão de cadeias globais, o crescimento da China, o retorno de rivalidades entre grandes potências e a transformação digital do poder.

Ideia de chegada: Em 1991 terminou uma arquitetura bipolar, não a história das hierarquias. O desafio seguinte é explicar como território, mercado, rede, dado, infraestrutura e legitimidade passaram a operar juntos.